



# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 256\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo carimbo a óleo ou selo branco.

O preço dos anúncios é de 1500\$ a lauda. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

O mínimo de cobrança pela inserção no Boletim Oficial de qualquer anúncio ou outro assunto sujeito a pagamento é de 780\$.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

Os demais actos referente à publicação no Boletim Oficial estão regulamentados pelo Decreto nº 74/92, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial nº 26/92, de 30 de Junho

## ASSINATURAS

Para o país:	Ano		Semestre		
	Ano	Semestre	Ano	Semestre	
I Série .....	2 990\$00	2 210\$00	I Série .....	3 900\$00	3 120\$00
II Série .....	1 950\$00	1 170\$00	II Série .....	2 600\$00	2 210\$00
I e II Séries .....	4 030\$00	2 600\$00	I e II Séries .....	4 940\$00	3 250\$00
AVULSO por cada página ..	8\$00				

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Para países de expressão portuguesa:		Ano		Semestre	
		Ano	Semestre	Ano	Semestre
I Série .....		4 420\$00	3 640\$00		
II Série .....		3 250\$00	2 600\$00		
I e II Séries .....		5 070\$00	4 125\$00		

**Para outros países:**

## SUMÁRIO

### Chefia do Governo:

Gabinete do Vice-Primeiro Ministro.

Direcção-Geral da Administração Pública.

Direcção dos Serviços de Administração.

### Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades:

Direcção da Administração.

Instituto de Apoio ao Emigrante.

### Ministério da Justiça e da Administração Interna:

Direcção dos Serviços Judiciários.

### Ministério das Finanças

Direcção de Administração.

### Ministério das Infraestruturas e Habitação:

Direcção de Serviços de Administração.

### Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desporto:

Gabinete da Secretária-Geral.

Direcção de Administração.

Instituto Pedagógico.

### Município de São Filipe:

Câmara Municipal.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

Contas e balancetes.

## CHEFIA DO GOVERNO

### Gabinete do Vice-Primeiro Ministro

Despacho de S. Ex<sup>o</sup> o Vice-Primeiro Ministro:

De 10 de Março de 1999:

Luís Severino Tavares Silva, técnico superior, referência 14, escalão B, definitivo do quadro privativo do Tesouro, nomeado para exercer em comissão de serviço, o cargo de conselheiro do Vice-Primeiro Ministro, com efeitos a partir de 17 de Agosto de 1998.

Paulo Jorge Semedo Monteiro, inspector adjunto principal, referência 12, escalão B, definitivo do quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, nomeado para exercer em comissão de serviço, o cargo de conselheiro do Vice-Primeiro Ministro, com efeitos a partir de 17 de Agosto de 1998.

Gabinete do Vice-Primeiro Ministro, 29 de Março de 1999. — O Director de Gabinete, *J.T. Sena Monteiro*.

### Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> a Secretária de Estado da Administração Pública:

De 24 de Março de 1999:

José Rui de Pina Tavares, técnico adjunto, referência 11, escalão A, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração e Gestão, concedida licença sem vencimento de longa duração, nos termos dos nºs 1, 2 e 3 do artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Abril do corrente ano.

Despachos da Directora-Geral da Administração Pública, por sub-delegação de S. Ex<sup>a</sup> a Secretária de Estado da Administração Pública:

De 18 de Fevereiro de 1998:

João Octávio da Rocha Nascimento, assistente graduado, referência 16, escalão C, do Instituto Superior de Educação, em comissão eventual de serviço, conforme publicação feita no *Boletim Oficial*,

II Série, nº 46/97, de 17 de Novembro, prorrogada a referida comissão, por mais doze meses, nos termos do Decreto-Lei nº 1/87, de 10 de Janeiro, conjugado com o artigo único da Resolução nº 10/III/87, de 22 de Agosto.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1º, divisão 63ª, subdivisão 38.3.3 código 1.2 do orçamento vigente.

De 14 de Setembro:

Francisco Borges da Silva, guarda, assalariado eventual de Empresa Municipal de Águas da Praia, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea a), do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido considerado definitivamente incapaz de exercer qualquer actividade profissional de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitida em sessão de 15 de Janeiro de 1998 e homologado por despacho de S. Exª o Ministro da Saúde, de 31 de Janeiro do mesmo ano, com direito a pensão provisória anual de 136 073\$88 (cento e trinta e seis mil e setenta e três escudos e oitenta e oito centavos), sujeita a rectificação calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma correspondente a 21 anos e 5 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1º, divisão 7ª, código 01.03.04 do orçamento de 1998. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Março de 1999).

De 15 de Dezembro:

Gregório Gomes da Silva, ex-estivador da Empresa Nacional de Administração dos Portos, E.P., desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b), do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão provisória anual de 171 402\$24 (cento e setenta e um mil quatrocentos e dois escudos e vinte e quatro centavos), sujeita a rectificação calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 28 anos e 6 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1º, divisão 5ª, Código 01.03.04 do orçamento de 1999. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de Março de 1999).

Despachos da Directora-Geral da Contabilidade Pública, por subdelegação de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 22 de Fevereiro de 1999:

Maria Clarice Lopes Tavares, na qualidade de mãe e representante de Sandra Patrícia Tavares Moreno, filha menor de Jeremias Moreno Semedo, que foi técnico auxiliar do Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente, falecido em 9 de Julho de 1996, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência aprovado pelas Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, a pensão de sobrevivência anual de 36 000\$00 (trinta e seis mil escudos), com efeitos a partir de 9 de Julho de 1996.

Beneficiou do Decreto-Lei nº 21/94.

A esta pensão deverão ser descontadas as quantias de 49 816\$70 e 8 302\$70, para compensação de aposentação e sobrevivência, amortizáveis em 270 e 120 prestações mensais, sendo as primeiras de 186\$20 e 79\$80 e as restantes de 184\$50 e 69\$10, respectivamente.

Maria Inês Pereira Monteiro, na qualidade de viúva e representante dos filhos menores de Jeremias Moreno Semedo, que foi técnico auxiliar do Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente, falecido em 9 de Julho de 1996, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência aprovado pelas Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, a pensão de sobrevivência anual de 63 854\$40 (sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro escudos e quarenta centavos), com efeitos a partir de 9 de Julho de 1996.

Beneficiou dos Decretos-Leis nº38/97 e 32/98

A esta pensão deverão ser descontadas as quantias de 88 361\$60 e 14 726\$70 para compensação de aposentação e sobrevivência, amortizáveis em 270 e 120 prestações mensais, sendo as primeiras de 344\$80 e 125\$40 e as restantes de 327\$20 e 125\$70, respectivamente.

Maria de Fátima Moreno Cardoso, na qualidade de mãe e representante de Edmilson Moreno Semedo, filho menor de Jeremias Moreno Semedo, que foi técnico auxiliar do Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente, falecido em 9 de Julho de 1996, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, a pensão de sobrevivência anual de 36 000\$00 (trinta e seis mil escudos), com efeitos a partir de 9 de Julho de 1996.

Beneficiou do Decreto-Lei nº 21/94.

A esta pensão deverão ser descontadas as quantias de 49 816\$70 e 8 302\$70, para compensação de aposentação e sobrevivência amortizáveis em 270 e 120 prestações mensais, sendo as primeiras de 186\$20 e 79\$80 e as restantes de 184\$50 e 69\$10, respectivamente.

As despesas têm cabimento na verba da org. 12ª, divisão 5ª, código 01.03.05 do orçamento vigente do Ministério das Finanças. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 15 de Março de 1999).

De 2 de Março:

Joana Gomes Andrade Lopes, na qualidade de viúva de António Nascimento Lopes, que foi auxiliar das Alfândegas, aposentado, falecido, em 16 de Dezembro de 1998, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro a pensão de sobrevivência anual de 185 646\$, (cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis escudos), com efeitos de 16 de Dezembro de 1998.

Directora-Geral da Administração Pública, na Praia, 30 de Março de 1999. — A Directora-Geral, *Yanira Duque Monteiro*.

## Directão dos Serviços de Administração

Despacho de S. Exª a Secretária de Estado para a Luta Contra a Pobreza:

De 19 de Março de 1999:

Teresa Isabel Sózinho de Quina Ribeiro Lopes, exercendo, em comissão ordinária de serviço, as funções de assessora da Secretária de Estado para a Luta Contra a Pobreza, dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 19 de Março de 1999.

Directora dos Serviços de Administração, 29 de Março de 1999. — O Director, *Orlando António dos Santos*.

—o—o—

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS COMUNIDADES

### Directão da Administração

Despachos de S. Exª o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades:

De 28 de Setembro de 1998:

Custódia de Oliveira Lima, secretária de Embaixada do quadro privativo do pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, concedida, nos termos do artigo 58º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional.

De 25 de Março de 1999:

Alexandre Guilherme Vieira Fontes, técnico superior do quadro do pessoal do Ministério das Finanças, exercendo, em comissão ordinária de serviço, as funções de Adido Comercial junto da Embaixada de Cabo Verde em Washington, dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 31 de Dezembro do ano transacto.

Directora de Administração, na Praia, 5 de Abril de 1999. — O Director de Administração, *Emanuel Lopes*.

## Instituto de Apoio ao Emigrante

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades:

De 12 de Março de 1999:

Maria Maalena Tavares, técnica, referência 12, escalão A, do quadro do Instituto de Apoio ao Emigrante, revalidada a licença sem vencimento de longa duração, por um período de um ano, ao abrigo do artigo 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 8 de Março de 1999.

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Saúde:

De 13 de Março de 1999:

Alberto Andrade Freire, condutor auto ligeiro, referência 2, escalão B, do quadro do Instituto de Apoio ao Emigrante, homologado o parecer da Junta de Saúde, de 13 de Março de 1999, que é do seguinte teor:

Que o examinado deve ser evacuado com máxima urgência para exterior – Serviço de Hemodiálises. As faltas dadas ao serviço de 14 de Dezembro de 1998, devem ser justificadas».

Instituto de Apoio ao Emigrante, na Praia, 1 de Abril de 1999. – O Presidente, *Arnaldo Lopes*.

—oço—

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Direcção dos Serviços Judiciários

Despachos de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Justiça e da Administração Interna:

De 29 de Julho de 1998:

Vanda Carla Nazário Cruz, licenciada em direito, nomeada nos termos previstos no nº 2 da alínea c) do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para exercer provisoriamente o cargo de técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro da Direcção dos Serviços Judiciários.

A despesa tem cabimento na verba inscrita no capítulo 1º, divisão 3ª, Cl.Ec. 01.01.01 do orçamento vigente do Estado.

De 12 de Março de 1999:

José Pedro Furtado Graça, ajudante de escrivão de direito, referência 2, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocado no 1º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca da Praia, exonerado a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 1999.

De 22:

Julieta Silva Santos Oliveira Rodrigues, oficial, segundo ajudante do quadro da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, concedida a licença de longa duração, com efeitos a partir da data que terminar as férias, nos termos dos artigos 47º e 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril.

Alcindo Rufino dos Santos, oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocado no Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de S. Vicente, aplicado a pena de demissão nos termos do artigo 28º nºs 1 e 2, alíneas c) e g) do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, conjugado com o nº 1 da alínea h) do artigo 15º do Estatuto do Pessoal e Oficial de Justiça, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 12-A/97.

De 30:

Maria Helena Almeida Cardoso Marques, 4º ajudante da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, definitiva, na situação de licença sem vencimento, concedida a licença de longa duração, ao abrigo do artigo 48º, nº 1 do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 7 de Março findo.

Despacho conjunto de S. Ex<sup>as</sup> os Ministros da Justiça e da Administração Interna e da Saúde:

De 21 de Dezembro de 1998:

Ana Cristina Andrade, psicóloga, do quadro do Ministério da Saúde, é requisitada ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 39º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, com os artigos 11º, nºs 1 e 2 e 13º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho e com os artigos 4º, nº 1 e 6º do Decreto-Legislativo nº 13/87, para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de Secretária Executiva da Comissão de Coordenação de Combate à Droga do Ministério da Justiça e da Administração Interna, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na divisão 10º, Cl.Ec. 01.00.00 do orçamento do Ministério da Justiça e da Administração Interna.

Direcção dos Serviços Judiciários, 1 de Abril de 1999. – O Director, *Camilo Cabral Carvalhal*.

—oço—

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Direcção de Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças:

De 2 de Fevereiro de 1999:

Lucídio Mendes Moreira, inspector-adjunto principal de Finanças, referência 12, escalão A, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, de nomeação definitiva, na situação de licença sem vencimento de longa duração, prorrogado a referida licença por mais 1 (um) ano, nos termos do estatuído nos artigos 47º e 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 9 de Março de 1999.

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Saúde:

De 15 de Março de 1999:

Eunice Adosinda Mira Godinho Pires Ferreira, controlador principal, da Direcção-Geral das Alfândegas, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, em 18 de Fevereiro de 1999, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra definitivamente incapacitada para o exercício da sua profissão».

Direcção de Serviços de Administração, na Praia, 5 de Abril de 1999. – O Director de Serviço, *João Apolónio Semedo Furtado*.

## MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

### Direcção de Serviços de Administração

Despachos de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro das Infraestruturas e Habitação:

De 23 de Novembro de 1998:

Maria Odete Silva Lima, técnica superior principal, referência 15, escalão B, do quadro da Direcção-Geral das Infraestruturas e Saneamento Básico, do Ministério das Infraestruturas e Habitação, destacada para prestação de serviço no Laboratório de Engenharia de Cabo Verde, nos termos dos artigos 17º, 18º, 19º e 20º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 1998

O encargo tem cabimento na dotação inscrita na orgânica 16ª, Cl.Ec. 04.01.03, divisão 7ª do orçamento vigente.

Despacho-conjunto de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Adjunto e da Defesa Nacional e o Ministro das Infraestruturas e Habitação:

De 8 de Janeiro de 1999:

Delfina de Jesus Moreno, escriturária-dactilógrafa, referência 2, escalão C, do quadro do Serviço Nacional de Cartografia e Cadastro, tutelado pelo Ministério da Defesa Nacional, transferida na mesma situação e categoria para o Ministério das Infraestruturas e Habitação, com enquadramento na Direcção dos Serviços de Administração, ao abrigo do disposto nos artigos 4º e 5º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho e no âmbito da mobilidade interna, com a transferência da dotação orçamental correspondente ao funcionário do quadro de origem para o novo quadro.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na orgânica 16ª, divisão 5ª, Cl.Ec. 01.01.02 do orçamento vigente.

Direcção de Serviços de Administração do Ministério das Infraestruturas e Habitação, 31 de Março de 1999. — A Directora, *Maria da Luz de O. Santos*.

—o—

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

### Gabinete da Secretária-Geral

Despachos de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Educação, Ciência, Juventude e Desporto:

De 26 de Outubro de 1998:

Maria José Silva Rodrigues Pires, professora do Ensino Básico de primeira, referência 7, escalão A, eventual, da Escola «Eugénio Tavares», transferida, a seu pedido, na mesma situação e categoria, para a Escola Secundária «Pedro Gomes», ao abrigo do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Legislativo nº 87/92, de 16 de Julho.

De 28:

Luisa Maria d'Almeida Rodrigues, professora do Ensino Secundária de primeira, referência 9, escalão A, do Liceu «Domingos Ramos», transferida, a seu pedido, na mesma situação e categoria para a Escola Secundária «Constantino Semedo», ao abrigo do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Legislativo nº 87/92, de 16 de Julho.

De 29:

Francisco José Brito dos Santos, monitor especial, referência 5, escalão C, da Escola nº 8 de Fazenda, transferido, a seu pedido, na mesma situação e categoria para a Escola Secundária «Pedro Gomes», ao abrigo do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Legislativo nº 87/92, de 16 de Julho.

De 30:

Amílcar Alexandre de Pina Mendes, monitor especial, referência 5, escalão C, do concelho de Santa Cruz, transferido, a seu pedido, na mesma situação e categoria para o concelho de Santa Catarina, ao abrigo do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Legislativo nº 87/92, de 16 de Julho.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na divisão 7ª, Cl.Ec. 01.01.01 do orçamento de 1998 do Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desporto. — (Isentos de fiscalização do Tribunal de Contas).

Gabinete da Secretária-Geral do Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na Praia, 26 de Março de 1999. — A Secretária-Geral, *Filomena Delgado*.

### Direcção de Administração

Despachos da Secretária-Geral do Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desporto:

De 7 de Setembro de 1996:

Atanásio Gomes Cardoso, professor do Ensino Básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Pólo nº 1 do Concelho do Tarrafal, concedido o subsídio mensal de 20% dos seus vencimentos, ao abrigo dos nºs 2 e 6 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com efeitos a partir de Outubro de 1997.

De 4 de Março de 1998:

Maria Luisa Correia Rodrigues, professora primária, referência 4, escalão B, de nomeação definitiva, do Pólo nº 5 do Concelho da Praia, concedido o subsídio mensal de 20% dos seus vencimentos, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com efeitos a partir de Outubro de 1998.

De 20:

Lídia Tavares de Pina Ramos, professora primária, referência 3, escalão C, de nomeação definitiva, da Escola «António Aurélio Gonçalves», concedido o subsídio mensal de 20% dos seus vencimentos, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com efeitos a partir de Outubro de 1998.

De 22 de Junho:

Euzébio Correia Furtado, professor do Ensino Básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Pólo de Vila Nova, Concelho da Praia, concedido o subsídio mensal de 20% dos seus vencimentos, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com efeitos a partir de Outubro de 1998.

De 2 de Julho:

Adriano Monteiro, professor do Ensino Básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no concelho de Santa Cruz, concedido o subsídio mensal de 20% dos seus vencimentos, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com efeitos a partir de Outubro de 1998.

De 4 de Agosto:

Maria Cristina Monteiro Tavares, professora do Ensino Básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Pólo I do Concelho de Santa Catarina, concedido o subsídio mensal de 20% dos seus vencimentos, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com efeitos a partir de Outubro de 1998.

De 7:

Virgínia Silva Gomes, professora do Ensino Básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Pólo 9 do Concelho de S. Vicente, concedido o subsídio mensal de 20% dos seus vencimentos, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com efeitos a partir de Outubro de 1998.

Genoveva Rodrigues Andrade Vieira Lopes, professora do Ensino Básico de primeira, referência 3, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço no Concelho dos Mosteiros, concedido o subsídio mensal de 20% dos seus vencimentos, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com efeitos a partir de Outubro de 1998.

De 21:

Maria de Lourdes Pereira de Pina, professora primária, referência 3, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço no Pólo 7 do concelho da Praia, concedido o subsídio mensal de 20% dos seus vencimentos, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com efeitos a partir de Outubro de 1998.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na divisão 10ª, Cl.Ec. 01.01.11 do orçamento de 1998, do Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desporto. — (Isentos de fiscalização do Tribunal de Contas).

Direcção de Administração do Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na Praia, 25 de Abril de 1999. — O Director, *Carlos Craveiro Miranda*.

## Instituto Pedagógico

Despachos de S. Exª o Ministro da Educação, Ciência, Juventude e Desporto:

De 24 de Março de 1999:

Lázaro Lugo Sanchez, técnico da DGERS, mestre em ciências pedagógicas, contratado, em regime de acumulação para a Escola de Formação de Professores do Ensino Básico da Praia e na Extensão da Assomada, a fim de ministrar a disciplina de Didáctica Geral, no 2º semestre durante o ano lectivo em curso, ao abrigo da alínea d) do nº 2 do artigo 35º da Lei nº 102/IV/93, conjugado com o artigo 68º do Decreto-Legislativo nº 10/97, e artigo 4º da Portaria nº 11/97, de 24 de Março.

Alexis Carrasco A. Trojillo, técnico da DGERS, doutor em ciências pedagógicas e com especialização em Matemática, contratado, em regime de acumulação para a Escola de Formação de Professores do Ensino Básico — Instituto Pedagógico da Praia, a fim de ministrar a disciplina de Matemática II, no 2º semestre durante o ano lectivo em curso, ao abrigo da alínea d) do nº 2 do artigo 35º da Lei nº 102/IV/93, conjugado com o artigo 68º do Decreto-Legislativo nº 10/97 e artigo 4º da Portaria nº 11/97, de 24 de Março.

Escola de Formação de Professores do Ensino Básico da Praia — Instituto Pedagógico, na Praia, 30 de Março de 1999. — O Director, *Crisanto Avelino Sanches de Barros*.

—o—

## MUNICÍPIO DE S. FILIPE

### Câmara Municipal

Despachos de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal de S. Filipe:

De 26 de Janeiro de 1999:

Jaime Raúl Ramos Veiga, habilitado com o curso de técnico de informática/gestão, contratado nos termos da alínea a) do artigo 24º, nº 3, alínea c) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado

com o artigo 92º, alínea d) da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, para exercer em regime de contrato de trabalho a termo o cargo de técnico de informática no Serviço Autónomo de Energia e Água da Câmara Municipal de S. Filipe.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8º, artigo 1º, grupo 2 do orçamento do Serviço Autónomo de Energia e Água para o ano económico de 1999.

Samora Djassy Rodrigues Cardoso Brito Évora, habilitado com o curso de técnico de informática/gestão, contratado nos termos da alínea a) do artigo 24º, nº 3, alínea c) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 92º, alínea d) da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, para exercer em regime de contrato de trabalho a termo o cargo de técnico de informática nos Serviços Administrativos e Financeiros da Câmara Municipal de S. Filipe.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4º, grupo 17 do orçamento da Câmara Municipal de S. Filipe para o ano económico de 1999.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 9 de Março de 1999).

Câmara Municipal de São Filipe, 16 de Março de 1999. — O Secretário Municipal, *Artur Pina Cardoso Júnior*.

## AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

—o—

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Direcção-Geral de Administração

##### CONTRATO

Entre a Direcção-Geral de Administração da Presidência da República, e os Serviços Técnicos de Limpeza e Manutenção — SLM, celebra-se o presente contrato de prestação de serviço de limpeza a algumas instalações da Presidência da República, mediante uma retribuição mensal ilíquida de 60 000\$ (sessenta mil escudos).

O presente contrato tem a duração de 6 (seis) meses, com início a partir de 15 de Fevereiro de 1999 e é renovável, tacitamente, se não for denunciado 30 (trinta) dias antes do seu término, por qualquer das partes.

A despesa tem cabimento na verba inscrita no capítulo 1º, divisão 1ª, Cl.Ec. 02.03.04 do orçamento da Presidência da República para o ano de 1999. — (Dispensado da anotação do Tribunal de Contas).

Direcção-Geral de Administração da Presidência da República, na Praia, 24 de Março de 1999. — O Director-Geral, *Cândido Santana*.

—o—

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

#### Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública

##### ANÚNCIO

Nos termos do nº 2 do artigo 79º do Regulamento Disciplinar da Polícia de Ordem Pública, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 144-B/92, de 24 de Dezembro, rectificado pelo Decreto-Legislativo nº 6/98, de 16 de Novembro é citado o segundo subchefe da POP, Mário Moreno de Carvalho, efectivo da Terceira Esquadra Policial do Comando Regional da Praia, ausente em parte incerta de estrangeiro, para no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste anúncio, apresentar a sua defesa escrita, sobre o processo disciplinar de abandono de lugar contra o mesmo, que corre os seus termos legais neste Comando.

Comando Regional da Praia, 19 de Março de 1999. — O Instrutor, *Manuel Correia Cabral*.

**MUNICÍPIO DA PRAIA**

**Câmara Municipal**

EDITAL Nº 6/99

*Jacinto Abreu dos Santos*, Presidente da Câmara Municipal da Praia.

Faz público que a Câmara Municipal da Praia, na reunião ordinária do dia 28 de Janeiro aprovou, por unanimidade, o Estatuto da Agência Municipal de Solidariedade Social que baixa em anexo.

Para constar se lavrou este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de costume e publicados no *Boletim Oficial*.

Câmara Municipal da Praia, 18 de Março de 1999. — O Presidente, *Jacinto Abreu dos Santos*.

**Estatutos de uma Agência Municipal de Solidariedade Social**

**CAPÍTULO I**

**Natureza e atribuições**

Artigo 1º

(Natureza)

A Agência Municipal de Solidariedade Social, adiante designada de Agência, é um organismo do Município da Praia, sem fins lucrativos, que visa contribuir para minorar as dificuldades dos carenciados sociais.

Artigo 2º

(Beneficiários)

São beneficiários privilegiados das acções da Agência, a família, as crianças, os jovens, os deficientes e os idosos vulneráveis em situação de carência social.

Artigo 3º

(Atribuições)

São atribuições da Agência, entre outras:

- a) Minorar as dificuldades dos carenciados sociais e potenciar-lhes condições concretas para o desenvolvimento e crescimento integral como pessoas;
- b) Trabalhar em parceria com outras instituições e indivíduos vocacionados no sentido de apoiar os carenciados.

Artigo 4º

(Acções)

1. Para o prosseguimento das atribuições referidas no artigo anterior, a Agência levará a cabo, nomeadamente, as seguintes acções:

- a) Recolha e armazenamento de vestuário e produtos alimentares para distribuição gratuita às pessoas mencionadas no artigo 2º;
- b) Apoio à reinserção de criação e adultos em risco;
- c) Dinamização de parcerias;
- d) Apoio prático no fornecimento de refeições, de vestuário e de medicamentos de receitaário;
- d) Apoio domiciliário aos doentes isolados, ou a quem os familiares não possam prestar ajuda adequada na satisfação de necessidades básicas;
- f) Divulgação das suas actividades.

2. No âmbito da acção mencionada na alínea a) do nº 1, a

Agência receberá toda a qualidade de géneros alimentícios, ofertas de empresas públicas e privadas e excedentes de acções promocionais, controlará sua qualidade, em parceria com a Delegacia de Saúde da Praia, antes de distribuí-los.

**CAPÍTULO II**

**Estatuto e funcionamento**

Artigo 5º

(Orçamento)

O Município da Praia comparticipará nas despesas de funcionamento da Agência.

Artigo 6º

(Plano de actividades)

O plano de actividades elaborado pela Agência deverá ser acompanhado da indicação de seus custos e cobertura orçamental.

**CAPÍTULO III**

**Direcção e funcionamento**

Artigo 7º

(Recursos humanos)

1. A Agência é dirigida por uma pessoa de reconhecida idoneidade e vocação, recrutada no seio da sociedade civil.

2. A Câmara Municipal da Praia afectará algum pessoal para assegurar o funcionamento corrente da Agência.

3. A Agência funcionará com o apoio de voluntários na prossecução das suas atribuições.

4. A supervisão do funcionamento da Agência compete à Câmara Municipal da Praia, através do seu Presidente.

**CAPÍTULO IV**

**Prestação de contas**

Artigo 8º

A Agência submeterá à Câmara Municipal da Praia os seguintes instrumentos de prestação de contas:

- a) Relatório de actividades;
- b) Contas de gerência.

**CAPÍTULO V**

**Disposições finais**

Artigo 9º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Câmara Municipal da Praia, 18 de Março de 1999. — O Presidente, *Jacinto Abreu dos Santos*.

**MUNICÍPIO DE S. FILIPE**

**Câmara Municipal**

Despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal de São Filipe:

De 12 de Março de 1999:

Com objectivo de assegurar o funcionamento da tesouraria municipal, durante a ausência da tesoureira, Maria Manuela Mendes Andrade Barbosa, em licença de maternidade, seguida de gozo de férias a que tem direito foi designado, o Sr. Manuel António Pina Barros, agente administrativo, referência 3, escalão B, do quadro privativo do Município de S. Filipe, para assegurar as funções de tesoureiro a partir de Dezembro de 1998 e proceder a entrega da mesma a partir do balanço do mês de Abril de 1999.

O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Dezembro de 1998.

Câmara Municipal de São Filipe, 12 de Março de 1999. — O Presidente da Câmara, *Eugénio Miranda da Veiga*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

**Direcção-Geral dos Registos, Notariado  
e Identificação Civil**

**Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia**

O NOTÁRIO: DR. ANTÓNIO PEDRO SILVA VARELA

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que a presente fotocópia composta de uma folha, está conforme com original extraída do livro de notas nº 73/C, deste Cartório, de folhas 100 verso a 1 verso, se encontra exarada uma escritura de habilitação notarial, nos termos seguintes:

Que têm perfeito conhecimento que no dia oito de Junho de mil novecentos e noventa e oito, no hospital da Praia, freguesia de Nossa Senhora da Graça - Praia, faleceu João Gomes de Pina, no estado de casado no regime de comunhão de geral de bens com Maria Vaz, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça - Praia, residente que foi na referida localidade de Várzea da Companhia - Praia, sem testamento nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros seus filhos: Carlos Monteiro Gomes de Pina, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Fernanda Ramos de Pina, e Paulo Vaz Gomes de Pina, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Leila Rosa Frederico Cruz, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Graça - Praia, residentes na referida localidade.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei concorram com os indicados herdeiros à sucessão do dito falecido.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos seis de Abril de 1999. - O Notário, *António Pedro Silva Varela*.

Registado sob o nº 5864/99

Emolumento 121\$00

O NOTÁRIO: DR. ANTÓNIO PEDRO SILVA VARELA

EXTRACTO

Certifico que para efeitos de publicação que a presente fotocópia composta por duas folhas está conforme com o original extraída da escritura exarada de folhas, 58 a 59 verso, do livro de notas nº 76/C, deste Cartório a meu cargo, em que foi constituída entre António Luís da Silva Pinto e Joaquim Manuel Leão Farinha, uma sociedade comercial por quotas, nos termos seguintes:

Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação IP - Informática da Praia, Ldª, tem a sua sede na cidade da Praia, podendo abrir delegações em qualquer ponto do território nacional ou estrangeiro.

Artigo 2º

A sociedade tem por objecto a comercialização e prestação de serviços de conservação, reparação e assistência técnica de informática e outros fins.

Artigo 3º

A sociedade pode participar na constituição de outras empresas cuja actividade seja reconhecida de interesse pelos sócios.

Artigo 4º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado

Artigo 5º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de um milhão de escudos correspondentes às duas quotas assim distribuídas:

Uma de seiscentos mil escudos, pertencente a António Luís da Silva Pinto e

Outra de quatrocentos mil escudos pertencente a Joaquim Manuel Leão Farinha.

Artigo 6º

O capital social poderá ser elevado uma ou mais vezes por admissão de novos sócios ou por subscrição de novas quotas pelos sócios.

Artigo 7º

Não é permitida a cessão de quotas a terceiro sem o consentimento da sociedade.

Artigo 8º

1. A gerência, dispensada de caução, será exercida pelos sócios, desde já nomeados gerentes e representarão a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente.

2. A sociedade obriga-se com a assinatura de apenas um dos gerentes.

3. A gerência será ou não remunerada conforme deliberação da assembleia-geral.

Artigo 9º

A empresa não pode ser obrigada em quaisquer actos estranhos à sociedade.

Artigo 10º

No caso de ausência ou impedimento de qualquer dos sócios gerentes, a gerência poderá ser confiada a qualquer outro sócio ou pessoa estranha, mediante procuração.

Artigo 11º

Os balanços sociais serão encerrados a trinta e um de dezembro de cada ano civil e o lucro líquido, depois de deduzido a reserva legal e outras reservas que os sócios decidirem, será repartido na proporção das quotas.

Artigo 12º

A sociedade dissolve-se nos casos determinados por lei.

Artigo 13º

Em caso de dissolução da sociedade o património social poderá ser adjudicado ao sócio que melhor preço e forma de pagamento oferecer.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos trinta e um de Março de mil novecentos e noventa e nove. - O Notário, *António Pedro Silva Varela*.

Registado sob o nº 5709/99

Emolumentos : 131\$00

**Conservatória do Registo Comercial da Praia**

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula nº 4107;
- c) Que foi requerida pelo nº 0 1;
- d) que ocupa 3 folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória

Art. 1º ..... 40\$00

Art. 11º ..... 180\$00

Soma ..... 220\$00

Diário:

IMP - Soma ..... 26\$00

10% C.J. .... 22\$00

Requerim. .... 200\$00

Soma total ..... 468\$00

OBS: Deverá pedir a conversão em definitivo ou prorrogação do prazo antes de seis meses a partir da data do registo

Praia, 29 de Outubro de 1998. - O Ajudante Ilegível.

01 Ap. 01/981029.

Início da actividade Data: 981029

Identificação civil: Lucília Mendes Leal, solteira, residente em Terra Branca - Praia.

Actividade Comercial: Exploração de um Pub/Discoteca.

Sede: Achada de Santo António - Praia.

Denominação: PUB DISCOTECA MACUMBA

Capital: 250 000\$00

Natureza: Provisoriamente por dúvidas

O Conservador, Ilegível

## CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula nº 4106
- c) Que foi requerida pelo nº 0 3;
- d) que ocupa 4 folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória

Art. 1º .....	40\$00
Art. 11º .....	180\$00
Soma .....	220\$00
Diário:	
IMP - Soma .....	26\$00
10% C.J. ....	22\$00
Requerim. ....	200\$00
Soma total .....	468\$00

Praia, 29 de Outubro de 1998. - O Ajudante Ilegível.

01 Ap. 01/851205.

Constituição de Sociedade:

Sede: Cidade da Praia, podendo no entanto a qualquer tempo estabelecer sucursais onde e quando lhe pareça conveniente.

Objecto: Comércio geral de importação e exportação podendo no entanto dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial.

Capital: 5 000 000\$00

Integralmente realizado pelo sócio António Pedro Soares de Carvalho, divorciado, comerciante e industrial, residente nesta cidade, sendo este o único sócio actualmente da referida sociedade.

Gerência: É confiado ao sócio António Pedro Soares de Carvalho.

Forma de Obrigar:

Com a assinatura do sócio-gerente ou por procuradores nos termos e limites dos respectivos mandatos

(Extracto actualizado da matrícula nº 106, a folhas 55 do livro C/1º)

Pelo Conservador dos Registos, Ilegível

02 Ap. 03/990204

Facto Inscrito: Cessão de Quotas e Alteração Parcial do Contrato de Sociedade

Cessão a favor de Eduardo dos Reis Carvalho, casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria Teresa Barreto de Carvalho, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino - São Domingos e nesta localidade reside, pelo valor 500 000\$00 (quinhentos mil escudos), cedido pelo Sr. António Pedro Soares de Carvalho;

Cessão a favor de António Fernandes Silveira, casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria de Fátima Galvão Amador Fernandes Silveira, natural de Portugal e aí residente em Seixal, pelo valor de 500 000\$00 (quinhentos mil escudos), cedido pelo Sr. António Pedro Soares de Carvalho;

Artigo alterado: Artigo 3º e 5º

Capital: 5 000 000\$00

Sócios e Quotas:

António Pedro Soares de Carvalho, já identificado 4000 000\$00

Eduardo dos Reis Carvalho, já identificado 500 000\$00

António Fernandes Silveira, já identificado, 500 000\$00

Administração: Será exercida pelos sócios António Pedro Soares de Carvalho e Eduardo dos Reis Carvalho

Forma de Obrigar: Com a assinatura de um dos sócios.

Certidão de escritura pública lavrada em 15 de Janeiro do corrente ano, folhas 32/33 verso do livro de notas nº 105/B.

O Conservador, Ilegível.

ILHA TÉCNICA Lda

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

O Conservador, Ilegível

## Conservatória do Registo da Região de 1ª Classe de São Vicente

## CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor
- c) Que foi requerida pelo nº quatro do diário do dia dois de Março do corrente, por Edérito Oliveira Almada
- d) que ocupa 1 folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória

Art. 11º, nº .....	150\$00
Art. 11º, nº 2 .....	60\$00
IMP - Soma .....	210\$00
10% C.J. ....	21\$00
Soma total .....	231\$00
São duzentos e trinta e um escudos	

Mindelo, 2 de Março de 1998. - O Ajudante Ilegível.

Elaborado nos termos da nova redacção dada ao número dois do artigo setenta e oito do Código de Notariado, que faz parte integrante da escritura de constituição da sociedade comercial por quotas denominada ALCONSULT, CONSULTORIA E SERVIÇOS, LIMITADA, celebrado em vinte e dois de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, exarada a folhas quarenta e nove verso do livro A/Oito do Cartório Notarial da Região de 1ª Classe de São Vicente

## Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação ALCONSULT, CONSULTORIA E SERVIÇOS, LIMITADA, e tem a duração por tempo indeterminado.

## Artigo 2º

A sociedade tem a sede na cidade do Mindelo podendo abrir delegações em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

## Artigo 3º

1. A sociedade tem por objecto:

- a) Assistência técnica e consultoria, nomeadamente nas áreas de economia, gestão, marketing, recursos humanos, informática, elaboração de estudos e projectos, ambiente, pescas e aquacultura;

- b) Promoção e realização de acções de formação.

2. Por deliberação da assembleia-geral a sociedade poderá dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade.

## Artigo 4º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em bens é de oitocentos mil escudos e corresponde à soma das quotas dos sócios assim distribuídas: Uma no valor de quatrocentos mil escudos pertencente a José Manuel Almada Dias, e outra no valor de quatrocentos mil escudos pertencente a Edérito Oliveira Almada.

## Artigo 5º

1. É livre a cessão de quotas entre os sócios, seus antecedentes, descendentes e conjuges, mas a sua alienação a favor de terceiros depende do consentimento prévio e expresso de todos os sócios, aos quais é atribuído o direito de preferência.

2. O sócio que pretender alienar a sua quota a terceiros, deverá notificar os outros sócios da sua intenção, por carta registada, com antecedência de pelo menos três meses.

## Artigo 6º

1. A administração da sociedade será exercida por um conselho de gerência composto por todos os sócios.

2. A representação da sociedade em juízo ou fora dele, e a gestão corrente da sociedade serão incumbidas a um gerente indigitado pelo conselho de gerência.

3. A sociedade obriga-se pela assinatura do gerente e de um membro do conselho de gerência.

4. Em caso de ausência ou impedimento do gerente a sociedade obriga-se pela assinatura de dois membros do conselho de gerência, podendo estes fazer-se representar, nos termos dos números anteriores.

5. Para os actos de mero expediente bastará a assinatura do gerente.

## Artigo 7º

A assembleia-geral é convocada pelo presidente da mesa, por anúncio público ou por carta registada com aviso de recepção com pelo menos dez dias de antecedência e delibera validamente por maioria absoluta de votos, salvo nos casos em que a lei requeira maioria qualificada.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e nove - O Notário, Ilegível



**Conservatória do Registo da Região de 1ª Classe de São Vicente**

**CERTIFICA**

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor
- c) Que foi requerida pelo nº dois do diário do dia quinze de Março do corrente, por Jorge Pereira do Nascimento
- d) que ocupa 2 folha numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória

Art. 11º, nº 1 .....	150\$00
Art. 11º, nº 2 .....	60\$00
IMP - Soma .....	210\$00
10% C.J. ....	21\$00
Soma total .....	231\$00

São duzentos e trinta e um escudos.

Mindelo, 15 de Março de 1998. - O Ajudante Ilegível.

**AUMENTO DE CAPITAL**

No dia cinco de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, perante mim licenciada Fátima Andrade Monteiro, notária substituta, compareceu como outorgante:

Engº Luís Miguel Gonçalves Pinto, casado, natural de Portugal, onde reside, que outorga em representação na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da sociedade comercial anónima de responsabilidade limitada denominada: FRESKOMAR-LUSO CABOVERDEANA DE CONSERVAS, SARL, com sede em Mindelo, matriculada na Conservatória dos Registos desta Região, sob o número quatrocentos e cinquenta e cinco, com o capital social de quarenta milhões de escudos.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento e a qualidade e poderes por acta que apresenta.

E por ele foi dito:

Que em reunião da assembleia-geral da referida sociedade constante da acta número seis barra noventa e oito foi deliberado:

Aumentar o capital da sociedade com a quantia de quarenta milhões de escudos mediante incorporação de reservas.

Que, na qualidade de presidente do conselho de administração e devidamente mandatado pela referida assembleia, reduz a escritura, a referida deliberação, aumentando o capital para oitenta milhões de escudos mediante a emissão de quarenta mil novas acções, no valor de mil escudos cada uma.

Que a quantia referente ao aumento dada a forma como se efectuou já deu entrada nos cofres sociais.

Que, em consequência desse aumento fica alterado o artigo no sentido de constar que o capital social é de oitenta milhões de escudos, nos termos atrás referidos.

Arquiva-se: Certidão comercial

Foi feita ao outorgante a leitura desta escritura, explicação do seu conteúdo e a advertência de obrigatoriedade do registo deste acto dentro de três meses a contar de hoje na competente conservatória.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, aos cinco dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e nove. -A Notária substituta, *Fátima Andrade Monteiro*.

**CONTAS E BALANCETES**

**Cabo Verde TELECOM**

**I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**1. ENQUADRAMENTO GERAL**

A Cabo Verde Telecom possui o estatuto jurídico de sociedade anónima de capitais públicos e privados e opera num contexto normativo regulado pela Lei de Bases das Telecomunicações, Decreto-Lei nº4, de 1994.

O Contrato de Concessão estabelecido entre a Cabo Verde Telecom e o Estado de Cabo Verde, assinado a 28 de Novembro de 1996, define os serviços de telecomunicações explorados em regime de exclusividade.

A Agencia Reguladora Multisectorial ( ARM ), criada em finais de 1998, para os serviços de utilidade pública (telecomunicações, transportes aéreos, marítimos e colectivos urbanos, energia e água) passará a exercer o papel de Regulador do Sector.

A actividade da empresa desenvolveu-se durante 1998 num clima laboral normal e numa conjuntura económica favorável, com a taxa de inflação a atingir o valor mais baixo dos últimos três anos e o PIB apresentando um crescimento superior ao da população. No quadro seguinte apresentam-se alguns dados que caracterizam o desenvolvimento do País.

	1996	1997	1998
População * .....	371 404	377 532	381 336
Taxa de Inflação.....	6.0	8.9	4.3
Taxa Crescimento PIB.....	4.0	5.0	5.6
Câmbio USD.....	83.0	93.4	98.8

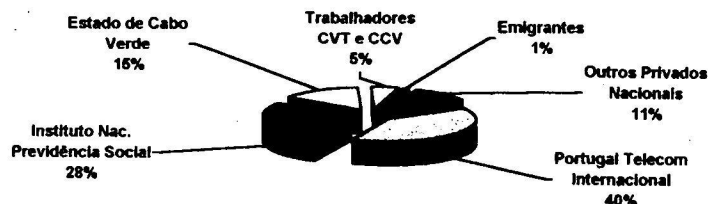
\* Dados estimados

Dando continuidade ao processo de privatização da Empresa, o Governo procedeu à alienação de 240.000 acções detidas pelo Estado e representativas de 24% do capital social da Cabo Verde Telecom.

O Instituto Nacional de Previdência Social, detentor de 279.220 acções, passou a ser o segundo maior accionista.

O Conselho de Ministros autorizou o Governo a alienar os 15% do capital social detidos pelo Estado. Esta operação deverá verificar-se com a entrada em funcionamento da Bolsa de Valores de Cabo Verde durante o primeiro semestre de 1999.

**Capital Social da Cabo Verde Telecom**



Do processo de inventariação e reavaliação do imobilizado corpóreo, levado a cabo por uma Comissão integrada por um representante da Empresa, um representante do Ministério das Finanças e por um consultor contratado para o efeito resultou numa reserva de reavaliação na ordem dos 895.918 contos .

O ano de 1998 foi caracterizado pela evolução e mudança tendo sido consolidados os projectos que vinham dos anos anteriores e alteradas algumas linhas de estratégia, potenciando assim a criação de condições necessárias para alcançar os objectivos propostos quanto ao posicionamento no mercado, desenvolvimento e melhoria da qualidade de serviço prestado e expansão da carteira de negócios.

Em consequência, alcançaram-se resultados positivos, de onde se realçam os seguintes:

Crescimento do Parque Telefónico em 20%, sendo que foram instalados 8539 novos postos que, conjugado com a fiabilização da Lista de espera contribuiu para a redução desta em 31% e para a melhoria na Demora Média de Instalações que passou de 14 meses para 10 meses;

Incremento no Volume de Negócios em 18,8%, fortemente influenciado pela prestação de serviço a correspondentes internacionais, onde se registou um aumento na ordem dos 28%, pese embora

Crescimento do Resultado Líquido apresentando uma evolução favorável de 5% relativo a 1997, atingindo os 396 mil contos, correspondendo a uma rentabilidade dos capitais próprios de 14.7%.

## 2. A EMPRESA EM NUMEROS

<b>DADOS ECONOMICO-FINANCEIROS (10<sup>6</sup> ECV)</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
- Volume de Negócios	2 020	2 456	2 918
- Resultados Antes de Impostos	474	587	639
- Resultado Líquido	286	377	396
- Valor Acrescentado Bruto	1 303	1 603	2 067
- Autofinanciamento	690	968	1 185
- Investimento	1 281	1 490	1 131
- Activo Líquido	3 460	4 937	6 380
- Capital Próprio	1 359	1 622	2 687
- Capital Social	1 000	1 000	1 000
- Passivo	2 101	3 315	3 693
<b>INDICADORES (%)</b>			
- Margem Bruta	74.2	72.9	79.7
- Rentabilidade das Vendas	14.2	15.4	13.6
- Rentabilidade dos Capitais Próprios	21.1	23.3	14.7
- Autonomia Financeira	0.39	0.33	0.42
- Estrutura do Endividamento	34.0	43.7	37.6
<b>SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES ( Parque )</b>			
- Telefónico Fixo	25 232	33 241	39 945
- Telefónico Móvel GSM	_____	_____	1 020
- Internet	_____	474	1 139
<b>SERVIÇO FIXO DE TELEFONE</b>			
- Postos Telefónicos Principais /100 habitantes	6.8	8.8	10.5
- Postos Públicos (Cabines + P.P. Rurais)	307	425	407
- Lista de Espera	9 644	10 802	7 431
- Demora Média de Instalação (meses)	27.0	14.1	10.4
- Tráfego Internacional (% Crescimento)	5.8	28,5	18.2
<b>DIMENSÃO DA REDE BASICA</b>			
- Comutação Local (10 <sup>3</sup> Linhas de Rede)	32.0	43.4	50.5
- % Digitalização	63.5	76.0	86.6
- Rede Local (10 <sup>3</sup> Pares à Exploração)	48.4	61.4	63.0
- Rede Interurbana (% Digitalização)	63.7	96.5	99.2
- Rede Internacional (% Digitalização)	100	100	100
<b>RECURSOS HUMANOS</b>			
- Trabalhadores	408	409	423
<b>PRODUTIVIDADE</b>			
- Valor Acrescentado/trabalhador (10 <sup>6</sup> )	3.2	3.9	4.9
- Trabalhadores/1000 PP	16.1	12.3	10.6

## 3. CORPOS SOCIAIS DA CABO VERDE TELECOM

Mesa da assembleia geral  
 (Portugal Telecom Internacional SGPS. SA) Presidente  
 (Estado de Cabo Verde) Vice-Presidente  
 Sr. Augusto Vasconcelos Lopes (Privados) Secretário

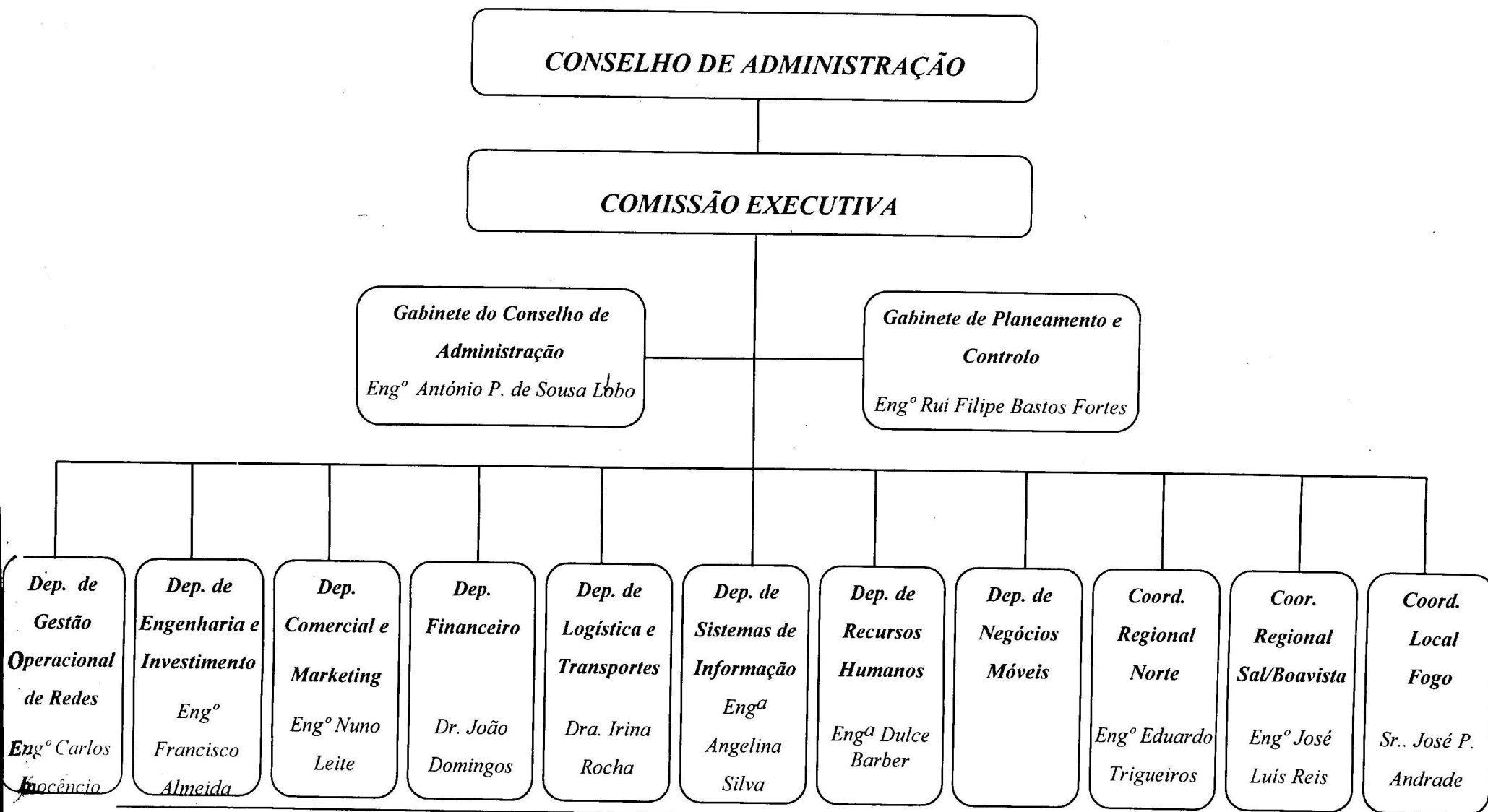
**CONSELHO FISCAL**  
 Deloitte & Touche (nos termos do nº 5 do Artº. 16 do Pacto social  
 publicado no B.O. nº 13, II Série, de 1 de Abril de 1996).

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
 Dr. Eugénio Augusto Pinto Inocêncio Presidente

Eng.º António João Fernandes Pires Correia Administrador  
 Dr. Luís José A. Madalena Administrador  
 Eng.ª Lúvia Maria Morais Semedo Administrador  
 Eng.º José Luís de Matos Duarte Almeida Administrador

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
 Eng.º António João Fernandes Pires Correia Presidente da Comissão Executiva  
 Dr. Luís José A. Madalena Administrador Executivo  
 Eng.ª Lúvia Maria Morais Semedo Administrador Executivo

4. **ESTRUTURA DA CABO VERDE TELECOM**



CABO VERDE TELECOM

Relatório e Contas - 1998

5. A ACTIVIDADE DA EMPRESA EM 1998

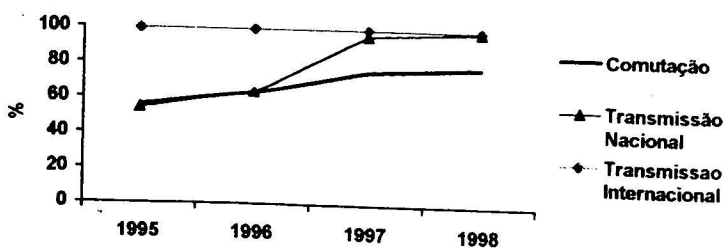
5.1. Desenvolvimento da rede de telecomunicações

O ano de 1998 caracterizou-se pela continuidade do programa de investimentos intensivos na infra-estrutura da rede visando os objectivos da sua expansão e modernização, permitindo assim aumentar o leque de serviços e facilidades prestados, com melhorias significativas na qualidade e no tempo de resposta às solicitações dos clientes.

Figuram entre as realizações mais importantes a conclusão da construção da Estação Terminal e o início da instalação dos Equipamentos do Projecto de Cabo Submarino Internacional em Fibras Ópticas Atlantis 2, que abrirá um novo capítulo nas comunicações internacionais da Empresa; o UP GRADE da Estação Terrena dotando-a de equipamentos que permitem a transmissão do sinal de televisão; a introdução de uma plataforma de Rede Inteligente IN potenciadora da implementação de um leque variado de novos serviços e, que possibilitou a oferta do serviço Pré Pago aos clientes da Rede Móvel GSM; a abertura de 3 Novas Áreas de Rede nomeadamente em São Jorge - Fogo, Calheta -Maio e Fajã - São Nicolau, bem como a ampliação da maioria das centrais de comutação alargando assim a capacidade de oferta de serviços aos clientes.

REDE BÁSICA.....	1996	1997	1998
<b>Comutação Local</b>			
Capacidade .....	3 2 042	43 472	50 490
Taxa de Ocupação (%) ....	78,7	76,5	79,2
Taxa de Digitalização (%)	63,5	76,0	86,6
<b>Rede Local</b>			
Capacidade de Pares no Repartidor .....	48 388	61 388	62 800
<b>Rede Transmissão Nacional</b>			
Capacidade (circuitos) ....	1 177	2 284	2 584
Taxa de Digitalização (%)	63,7	96,5	99,2
<b>Rede Internacional</b>			
Capacidade (circuitos) .....	216	223	223
Taxa de Digitalização (%)	100	100	100

Taxa de Digitalização



Por outro lado, verificaram-se três cortes no cabo submarino de fibra óptica inter-ilhas, provocando alguns constrangimentos nas comunicações com o Norte do País.

À semelhança dos anos anteriores, atrasos na aquisição de equipamentos, materiais e serviços, provocados pelas dificuldades de pagamentos aos fornecedores no exterior, fizeram com que alguns projectos deslizassem para o final do ano condicionando assim os objectivos a eles relacionados.

O Balanço do ano de 1998 foi positivo tendo sido atingido um nível elevado de realizações satisfazendo a maioria dos objectivos no domínio da rede de telecomunicações, nomeadamente:

Comutação:

Instalação de novos DLU's, perfazendo um total de 1832 linhas de rede, ampliação de centrais já existentes com um total de 9044 linhas, desactivação de 3700 linhas analógicas.

Ampliação das Centrais EWSD da Várzea e do Mindelo em mais LTGB's, LTGC's e SN, permitindo assim o aumento das troncas para centrais dependentes.

Instalação de uma Central Analógica CPR30 com 300 linhas em Coculi, S.Antão.

Transmissão

Digitalização do Entroncamento entre a SPX2000 de C.Figueira e a Central EWSD da Praia

Instalação de 2 Feixes Digitais de 34 Mbits para substituição de Feixes de 8 Mbits existentes, por falta de capacidade.

Instalação do sistema de Diversidade no Link Digital 8 Mbits entre M.Xota e Maio.

Instalação de Feixes Digitais de 8 Mbits para interligação de novos DLU's remotos.

Instalação de Sistemas Ópticos para digitalização das interligações entre centrais, e instalação de PCM de assinantes.

Ampliação do sistema Mux DSMX entre a Praia e M.Xota.

Implementação do Projecto de Up-Grade que dotou a Estação Terrena com os Equipamentos necessários para emissão de sinais de vídeo, utilizando a técnica de compressão digital.

Ampliação das portas do Digital Cross Conect e instalação de um equipamento Mux para ampliação da rota com Portugal.

Conclusão dos trabalhos de construção da Estação Terminal da Praia, e início da instalação dos Equipamentos de transmissão do cabo submarino em fibra óptica, atlantis 2.

Rede Móvel GSM

Instalação de BTS em Assomada, Tarrafal, Achada S.António, e Monte Verde e de vários repetidores para aumento da capacidade de cobertura da rede GSM.

Implementação da Plataforma IN, permitindo assim o arranque do serviço pré-pago.

Rede de Acesso

Continuação da expansão das rede de acessos através de ampliação das redes existentes e da extensão de traçados a localidades remotas, bem como através da utilização de multiplicadores de linhas PGS4/8 e PCM.

- Foram ampliadas as redes da Praia, Pedra Badejo, Órgãos, Tarrafal de Santiago, Assomada, Vila do Maio, S.Filipe, Cova Figueira, Mosteiros, Espargos, Mindelo, S. Pedro, entre outros.

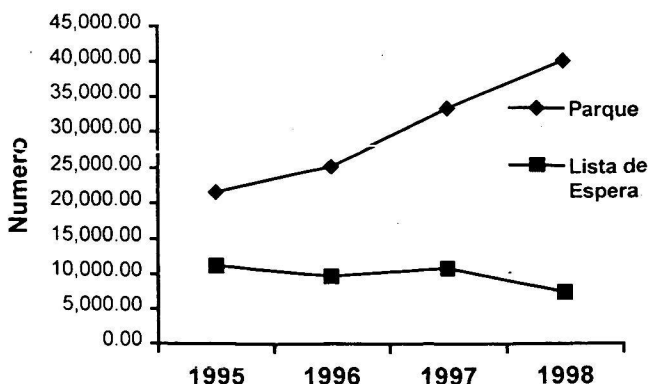
- Foram construídas novas redes em Calheta do Maio, S.Jorge - Fogo, Fajã e Porto Novo

5.2. O mercado e o serviço ao cliente

Serviço Fixo de Telefone

Durante o ano de 1998 foram dirigidos à Cabo Verde Telecom 8.837 novos pedidos, confirmando assim a estabilidade do mercado em termos de procura.

O numero de instalações efectuadas atingiu 8.539 cobrindo a procura manifestada no ano em 97%.

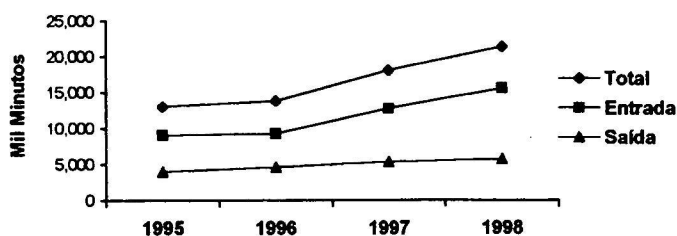


O número de requisições pendentes sofreu uma redução de 31,2% face ao registado a 31 de Dezembro do ano anterior, situando-se em 7.431, e deve-se essencialmente à fiabilização e saneamento da Lista de Espera cujos resultados tiveram um nível de eficácia elevado.

Com efeito, foram anulados cerca de 4.000 pedidos por razões diversas (pedidos repetidos, satisfeitos ou desistências). A Demora Média de Instalação sofreu uma redução favorável, de 26%, passando de 14 para 10,4 meses

O Parque atingiu os 39.945 postos principais correspondendo a um acréscimo de 20% relativamente a 1997. A densidade telefónica passou de 8,81 para 10,49 postos telefónicos por 100 habitantes e o número de acessos por trabalhador elevou-se para 94.53 tendo sido registado um crescimento de 16%.

### Trafego Internacional



O tráfego internacional continuou a evoluir positivamente tendo-se registado um aumento da ordem dos 18,2% relativo ao ano de 1997.

O tráfego de entrada assinalou um maior crescimento, 22,6% e representa 73% do total do tráfego internacional cursado.

A facturação telefónica sofreu um crescimento na ordem dos 19% relativo a 1997 reflectindo o aumento do parque. O valor médio do consumo de cada cliente baixou entretanto em cerca de 5% devido sobretudo à cobertura de parcelas de mercado com menor capacidade de compra.

Melhorias significativas foram conseguidas a nível da qualidade de serviço como consequência dos investimentos na rede básica, de processos de reorganização interna e do aperfeiçoamento no relacionamento inter-departamental. Como consequência, verificou-se uma redução de 19,3% no número de reclamações, a participação de avarias por 100 postos telefónicos baixou, passando de 3,9 para 3,71, e a taxa de reparação de avarias em 2 dias atingiu os 91,24%, 3,3 pontos percentuais acima do verificado em 1997.

Serviço fixo de telefone .....	1996	1997	1998
Requisições Entradas .....	5 093	9 907	8 837
Postos Telefónicos Instalados.....	4 279	9 210	8.539
Postos Telefónicos Desmontados .....	680	1 161	1.893
Lista de Espera .....	9 644	10 802	7.431
Demora Média (meses) ...	27,0	14,1	10,4
Parque de Postos Telefónicos.....	25 232	33 241	39,985
Parque de Postos Públicos (Cabines+Postos Rurais).....	307	425	407
Densidade Telefónica (Postos Telefónicos / 100 Habitantes) .....	6,8	8,8	10,5
Tráfego Internacional Total - Crescimento (%).....	5,8	28,5	18,2

Tráfego Internacional Saída - Crescimento (%) .	14,5	17,0	7,8
Tráfego Internacional Entrada - Crescimento (%)...	2,1	34,0	22,6
Serviço Telefónico Facturado - Crescimento (%) ..	12,5	19,1	19,1
Participações de Avarias por 100 Postos Telefónicos	3,7	3,9	3,7
Avarias Reparadas em dois dias (%) .....	87	87,9	91,2
Eficácia das Chamadas Locais.....	80,5	80,8	71,9
Eficácia das Chamadas Interurbanas .....	44	50,0	58,6
Eficácia das Chamadas Internacionais .....	53,5	54,5	52,1

### Serviço de Phone - Card (Postos Públicos)

O Phone Card continuou a afirmar-se como um bom negócio, apresentando níveis de crescimento bastante consistentes tendo o volume das vendas aumentado em 16% relativamente a 1997.

O parque de postos públicos que utilizam Cartões Phone-Card não sofreu grandes alterações tendo a estratégia da empresa incidido principalmente na melhoria da disponibilidade e operacionalidade dos aparelhos.

Alguns Telefones rurais passaram a ser classificados como residenciais devido ao alargamento da Rede a aquelas zonas, contribuindo assim para uma pequena redução do parque de Postos Rurais.

### Serviço de Telex

Com o aparecimento de soluções mais atractivas para os clientes, o serviço vêm sofrendo perdas sistematicas de importância em termos de negócio. Continuou a acentuar-se a queda progressiva do Parque tendo este atingido no final do ano uma quebra de 40% relativo a 1997, totalizando assim 52 postos activos.

Devido à avançada idade do comutador de Telex, a empresa está a analisar soluções alternativas para continuar a garantir aos clientes do Serviço Telex um elevado padrão de qualidade do serviço.

### Serviço de Aluguer de Circuitos

O rápido desenvolvimento tecnológico e a progressiva banalização da utilização de meios informáticos e de redes privadas potenciou uma nova onda de expansão do serviço tendo-se verificado crescimentos do parque na ordem dos 53% a nível das Redes Locais e de 48% a nível Nacional.

Dado que não se verificou nenhuma alteração no numero de circuitos internacionais, e pelo facto das instalações nacionais terem ocorrido somente no final do ano, o impacto verificado ao nível da facturação foi moderado com crescimento de 12%.

### Serviço Radiomarítimo

Em semelhança ao que se verifica com o serviço Telex, este serviço que é dirigido principalmente aos navios que passam pelas águas de Cabo Verde, começa a sentir os efeitos da concorrência internacional, melhor posicionada em termos tecnológicos, (comunicações via Satélite).

Durante 1998 verificou-se um decréscimo da facturação na ordem dos 17%

### Serviço Internet

O fenómeno da expansão mundial do Serviço Internet não foi alheio à nossa rede tendo as expectativas de mercado sido ultrapassadas tanto a nível do Parque como da Facturação. Com efeito, verificaram-se desvios favoráveis relativo ao orçamentado na ordem dos 14% e 13% respectivamente.

No final do ano o número de clientes ascendia a 1.139, verificando-se um crescimento de 153% relativo ao ano de 1997.

Por outro lado, não obstante as melhorias introduzidas em termos de infra-estruturas para suportar o serviço, estas não foram suficientes para acompanhar o ritmo de crescimento do mercado, criando algumas dificuldades em termos de qualidade de serviço.

#### Serviço de Dados

Começou a ser comercializado no início de 1998 e o mercado mostrou-se propício ao desenvolvimento tendo, entretanto, registado um reduzido crescimento devido a limitações estruturais e logísticas dos potenciais clientes.

A procura incidiu principalmente nos circuitos X.25 e Frame Relay.

#### Serviço da Rede Digital com Integração de Serviços (RDIS)

O lançamento comercial do serviço foi efectuado em finais de 1998 pelo que o número de clientes ainda é bastante reduzido. Contudo, o mercado empresarial tem manifestado interesse no serviço por forma a tirar partido das facilidades oferecidas e da melhoria da qualidade de serviço. A nível do segmento residencial a procura tem sido ligada normalmente com a necessidade de uma segunda linha para a Internet.

#### Serviço Móvel Terrestre GSM

O ano de 1998 constituiu o ano de arranque, propriamente dito, da prestação do serviço Móvel GSM da Cabo Verde Telecom, pois, só a partir de Janeiro se começou, realmente, a oferecer o serviço aos clientes.

Como tal, tratou-se de um ano em que, sobretudo, se procurou a criação de estruturas formais e materiais indispensáveis ao funcionamento do serviço.

O telemóvel após um ano de operação com relativo sucesso, conquistou o mercado cabo-verdiano. Efectivamente, a aposta foi ganha, principalmente com o lançamento, no último mês do ano, do serviço Pré-Pago, que foi muito bem aceite pelo público em geral.

Durante todo o ano de 1998, o serviço móvel foi comercializado nas três ilhas cobertas (Santiago, S. Vicente e Sal), tendo-se registado um investimento de cerca de 400 mil contos na implantação e expansão da Rede.

No final do ano, a CVMÓVEL, designação comercial do serviço, servia um total de 1020 clientes, em que 67% pertencem ao Plano Normal e 33% ao Pré-Pago. A taxa de penetração do serviço Móvel no mercado foi de 0,3%.

A facturação atingiu os 64.890 contos, tendo a contribuição do Plano Normal sido de 96,6%.

Globalmente, os clientes geraram um tráfego de 713.200 minutos no Serviço Normal e 14.233 minutos no Serviço Pré-Pago.

#### 5.3. Preços

Não foi possível concretizar durante 1998 o objectivo de rebaixamento do tarifário do serviço telefónico fixo. Durante o primeiro trimestre de 1999 será submetido ao Governo, um programa de rebaixamento a três anos que irá permitir a aproximação do preço dos serviços aos custos de produção, reduzindo assim os subsídios cruzados e tornando as tarifas mais competitivas.

Com o lançamento do Pré-Pago no serviço Móvel GSM, e com o intuito de abranger outros segmentos do mercado, modificou-se a estrutura das tarifas reduzindo-se a taxa mensal do Plano Normal em 25%. Os custos do tráfego também foram alvo de abaixamentos na ordem dos 17% e 12,5 % para o Móvel-Móvel e Móvel-Fixo respectivamente.

Durante o ano de 1998 entrou em vigor um novo tarifário para o serviço de Circuitos Alugados.

#### 5.4. Cooperação e assistência técnica

Reforçando as sinergias com a parceria estratégica, foram efectuadas várias acções em cooperação com empresas do grupo Portugal Telecom, nomeadamente nas seguintes áreas: Rede de Dados e Internet; Rede Movel GSM; Planeamento da Rede de Telecomunicações; Operação Manutenção e Gestão da Rede; Serviços Financeiros; Planeamento e Controlo de Gestão.

#### 5.5. Relações internacionais

A Empresa continuou a dedicar muita atenção à sua integração internacional tendo marcado presença em vários forums, reuniões e eventos com algum destaque por aquelas levadas a cabo por organizações em que faz parte, nomeadamente:

- UIT

- INTELSAT

- AICEP

#### 5.6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 1998 pode ser considerado o ano de viragem no desenvolvimento dos Sistemas de Informação como suporte fundamental aos negócios da Empresa. Deu-se início a um grande projecto de reestruturação de todo o Sistema de Informação da Empresa, com a elaboração do Plano Estratégico envolvendo o seguinte:

Elaboração de um Plano de Emergência com medidas para melhorar o desempenho actual dos Sistemas de Informação

Elaboração de um Plano Estratégico para os Sistemas de Informação

Elaboração do Caderno de encargos para o lançamento do curso para a aquisição dos Sistemas Aplicacionais e Plataformas de Suporte

Definição de um modelo de Gestão dos Sistemas de Informação para a fase pós implementação

O problema informático do ano 2000 foi também alvo de uma atenção muito especial tendo sido criada uma comissão coordenada ao mais alto nível para inventariar e tomar as medidas necessárias de preparação das infra-estruturas para a viragem do milénio.

#### 6. RECURSOS

##### 6.1. Pessoal

O ano de 1998 foi caracterizado pela entrada em funcionamento da nova Estrutura da Empresa.

Foram desenvolvidas acções, baseadas em orientações estratégicas visando continuar o processo de mudança da política de Gestão de Recursos Humanos, com eficácia, nomeadamente:

Continuação dos trabalhos do Acordo de Empresa cuja proposta (versão zero) foi apresentada aos sindicatos para apreciação;

Realização de um novo Plano de Carreiras, iniciado em Novembro/98;

Deu-se também atenção especial ao reforço da Comunicação interna da Empresa, pelo papel relevante que assume no desenvolvimento do potencial humano e no seu envolvimento com os objectivos da empresa. Além de outras mensagens orais e escritas, promoveu-se dois Workshops, com realização no Tarrafal de Santiago, onde os participantes tiveram ocasião de partilhar e discutir informações dos diversos sectores da Empresa.

##### Efectivos

No final de 1998 o número de trabalhadores ao serviço da empresa totalizava 423, dos quais 396 efectivos, 24 contratados a prazo e 3 requisitados de outras instituições.

O indicador Trabalhadores/1000 postos telefónicos principais teve uma evolução positiva, passando de 12,3 em 1997 para 10,6 no final de 1998.

	1996	1997	1998
Recursos humanos.....			
Efectivos .....	388	385	396
Contratos a prazo .....	17	21	24
Pessoal requisitado à PTI .	2	2	2
Pessoal requisitado a Outras Entidades .....	1	1	1
Total .....	408	409	423
Trabalhadores/1000 linhas	16.1	12.3	10,6

A empresa tem um potencial humano relativamente jovem. Cerca de 67% tem idade igual ou inferior a 40 anos. No final de 1998, 30% dos trabalhadores eram do sexo feminino.

#### Formação

No âmbito de uma política de Recursos Humanos que valoriza o desenvolvimento contínuo das novas competências e a motivação dos colaboradores, a Cabo Verde Telecom realizou durante 1998 uma intensa actividade de formação quer de natureza técnica quer comportamental, abrangendo 264 participantes provenientes de todas as áreas funcionais da empresa .

	Acções	Participantes	Custos* (10 <sup>3</sup> )
Nacional .....	17	218	7,0
Internacional.....	35	46	11,8
Total.....	52	264	18,8

\* Não inclui deslocações

O volume de formação foi de 2 255 dias formando com uma taxa de formação de 2,5% (Volume Formação/Trabalho Normal de Efectivos).

#### 6.2. Investimento

A Cabo Verde Telecom manteve durante 1998 o esforço de investimento que vinha efectuando nos últimos anos, por forma a assegurar o ritmo de crescimento e a qualidade de serviço necessárias a satisfazer os seus clientes.

O montante total investido em activos fixos foi de 1 132 mil contos, dos quais 975 mil contos foram aplicados na expansão e modernização da rede de telecomunicações.

	1997	1998
Investimento (10 <sup>6</sup> ECV).....		
Investimento Corpóreo .....	1 490,3	1 131,5
Equipamento Técnico .....	1 452,0	974,9
Terrenos e Edifícios .....	12,0	71,9
Outras Imobilizações Corpóreas .....	26,3	84,7
Total .....	1 490,3	1 131,5

### 7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

#### 7.1. Resultados e rentabilidade

O exercício económico de 1998 encerrou com um Resultado Líquido de 395,8 mil contos, representando um aumento de 5% em relação ao ano anterior, correspondendo a um resultado líquido por acção de 395,8. Escudos

	1997	1998	Varição
Rentabilidade das Vendas e Serviços (%).....	15,4	13,6	-12%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%).....	23,3	14,7	-37%

A Rentabilidade média do Capital Próprio no período foi de 14,7%, quando em 1997 fora de 23,3%, tendo esta redução resultado do aumento dos capitais próprios em mais de 1 milhão de contos provocado pelo aumento de reservas, nomeadamente as Reservas de Reavaliação (896 mil contos) e as Reservas constituídas na aplicação do resultado do exercício anterior.

O Imposto sobre Rendimento aumentou em cerca de 15,6%, correspondente a uma taxa efectiva de imposto de 38%. Este crescimento foi devido fundamentalmente ao aumento dos resultados, e da consideração de certos custos não dedutíveis fiscalmente, designadamente as provisões.

Demonstração resultados (10 <sup>6</sup> ECV).....	1997	1998	Varição
Resultados operacionais	583,8	781,2	33,8%
Resultados Financeiros .	-43,4	-160,1	269,2
Resultados correntes .....	540,5	621,1	14,9
Resultados Extraordinários	46,7	17,4	-62,7
Resultados antes impostos	587,2	638,5	8,7
Imposto s/ Rendimento ...	210,0	242,7	15,6
Resultado líquido .....	377,2	395,8	5%

Os Resultados antes de Impostos aumentaram em 51,3 mil contos, atingindo 638,5 mil contos, face ao ano anterior. Para esta melhoria, contribuiu a evolução positiva ocorrida nos Resultados Operacionais (+197,4 mil contos) relativamente a 1997.

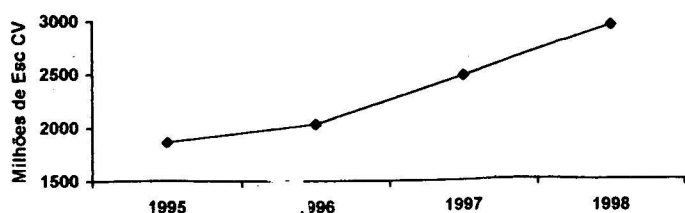
Os Resultados Financeiros ascenderam a cerca de -160,1 mil contos, correspondente em cerca de 5,5 % das Receitas de Exploração. A sua evolução reflecte o peso dos juros suportados pelos empréstimos no financiamento dos investimentos, com alguma relevância dos juros relativos aos acordos de retrocessão da Opec e da Austria.

#### 7.2. Proveitos e ganhos

(10 <sup>6</sup> ECV)	1997	1998	Varição
Vendas .....	6,8	11,0	59,5%
Prestação de Serviços .....	2 449,5	2 907,5	18,7%
Telefone .....	2 189,4	2 482,0	13,4%
Phone Card.....	186,2	226,4	21,6%
Móvel .....		66,8	
Aluguer de Circuitos.....	40,5	46,7	15,4%
Outros.....	70,3	85,5	21,6
Outros Proveitos Operacionais.....	35,2	28,9	-18,0%
Total dos Proveitos Operacionais.....	2 491,5	2 947,4	18,3%
Proveitos e Ganhos Financeiros .....	18,4	15,9	-13,9%
Proveitos e Ganhos Extraordinários .....	254,3	297,1	16,6%
Total dos proveitos e ganhos .....	2 764,2	3 260,3	17,9%

Os proveitos atingiram o montante de 3 260 mil contos, mais 17,9% que no ano anterior, representando os Proveitos Operacionais cerca de 90,4% do total. O serviço fixo de telefone continua com um grande peso, tendo contribuído com 84% dos Proveitos Operacionais.

### Volume de Negócios



De destacar ainda que os proveitos do tráfego internacional se situaram acima dos valores do ano anterior em cerca de 7% e do valor orçamentado em cerca de 28%, em resultado do diferimento de alguns meses da redução das Taxas de Contabilização, e do aumento substancial de tráfego de entrada verificado.

Os proveitos financeiros referem-se essencialmente ao rendimento da participação financeira na Intelsat

Os proveitos extraordinários representam principalmente correcções de exercícios anteriores, nomeadamente a utilização de provisões para pagamento de impostos sobre lucros, com a respectiva contrapartida em custos e das estimativas de contas internacionais.

#### 7.3. Custos e perdas

O total de Custos e Perdas ascendeu a 2 621,7 mil contos, o que representa um agravamento de custos em 20,4% em relação a 1997.

(106ECV)	1997	1998	Variação
Subcontratos	500,1	415,1	-16,9%
Fornecimento e Serviços de Terceiros	210,9	279,1	32,3%
Custos com o Pessoal	420,7	459,0	9,1%
Amortizações	590,9	734,0	24,2%
Outros	185,1	278,9	50,5%
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>1 907,7</b>	<b>2 166,1</b>	<b>13,5%</b>
Custos e Perdas Financeiras	61,8	175,9	184,9%
Custos e Perdas Extraordinárias	207,5	279,7	34,8%
<b>Total de custos e perdas</b>	<b>2 177,0</b>	<b>2 621,7</b>	<b>20,4%</b>

Nos Custos Operacionais, têm um peso determinante os Subcontratos (415 mil contos), Fornecimentos e Serviços Externos (279 mil contos), os Custos com o Pessoal (459 mil contos) e as Amortizações (734 mil contos), que no seu conjunto representam 87% do total dos Custos.

De referir o acréscimo das amortizações (143 mil contos) resultante dos investimentos efectuados nos últimos anos e das correcções relacionadas com a reavaliação do imobilizado.

Os Subcontratos apresentam uma redução de 85 mil contos relativamente ao ano anterior também, como resultado do abaixamento das taxas de Contabilização com os correspondentes.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam uma aumento de 68 mil contos.

Responsável pelo significativo aumento de Outros Custos Operacionais, destacam-se os encargos relativos à Renda da Concessão (94,7 mil contos), as Provisões para cobrança duvidosa (54,9 mil contos), os Impostos e taxas pela utilização do espectro radioelétrico (28,7 mil contos).

Os Custos com o Pessoal tiveram um acréscimo de 38 mil contos, mas o peso nas Receitas de Exploração desceu de 17,1% em 1997 para 15,7% em 1998. Entre 31 de Dezembro de 1997 e de 1998, o VAB/Trabalhador passou de 3,9 mil contos para 4,9 mil contos.

#### 7.4. Cash flow e autofinanciamento

O Cash-Flow Líquido gerado no exercício de 1998 atingiu os 1 184,8 mil contos, valor equivalente a 38,6% do Volume de Negócios. Verificou-se um aumento de 22% em relação ao exercício anterior.

(10 <sup>6</sup> ECV)	1997	1998	Variação
Resultados antes de Impostos	587	638,5	9%
Amortizações	591	734,0	24%
Variações das Provisões	-	54,9	
Cash Flow Bruto	1 178	1 427,5	21%
Imposto sobre Rendimentos	210	242,7	16%
Cash Flow Líquido	968	1 184,8	22%
Investimento	1 490	1 131,5	-24%
Autofinanciamento (%)	0,65	1,05	61%

#### 7.5. Valor acrescentado bruto

Verificou-se um aumento significativo do Valor Acrescentado Bruto, que atingiu 2067 milhares de contos, um acréscimo de 29% relativamente ao ano anterior.

(10 <sup>6</sup> ECV)	1997	1998	Variação
Produto Gerado	2 486,1	2 946,1	18,5%
Volume de Negócios	2 456,3	2 918,5	19%
Outros Proveitos	29,8	27,6	-7%
Custos de Produção	883,0	879,4	0%
Consumos	81,7	81,6	0%
Subcontratação	500,1	415,2	-17%
Outros Custos	301,2	382,6	27%
<b>Valor acrescentado bruto (VAB)</b>	<b>1 603,1</b>	<b>2 066,7</b>	<b>29%</b>

#### 7.6. Balanço e estrutura patrimonial

(10 <sup>3</sup> ECV)	1997	1998	Variação
<b>Activo</b>			
Disponibilidades	310,888	359,571	15,7%
Devedores Curto Prazo	1,187,130	1,292,138	8,8%
Existências	46,439	42,764	-7,9%
Devedores M/L/Prazo	24,526	24,145	-1,6%
Imobilizações	3,360,764	4,650,178	38,4%
Custos antecipados	7,015	11,648	66,0%
<b>Total do Activo</b>	<b>4,936,763</b>	<b>6,380,444</b>	<b>29,2%</b>
<b>Passivo</b>			
Dividas Curto Prazo	1,447,060	1,367,028	-5,5%
Dividas M/L/Prazo	1,867,768	2,326,397	24,6%
<b>Total do Passivo</b>	<b>3,314,829</b>	<b>3,693,425</b>	<b>11,4%</b>
Capitais próprios	1,244,745	2,291,191	84,1%
Resultado Líquido Exercício	377,189	395,828	4,9%
<b>Total do Passivo e Sit. Líquida</b>	<b>4,936,763</b>	<b>6,380,444</b>	<b>29,2%</b>



O Activo líquido ascendia no final do ano a 6 380 mil contos, mais cerca de 29,2% que em 1997 (4 937 mil contos).

O aumento resultou essencialmente do acentuado esforço de investimento (1 132 mil contos no período), e ainda da reavaliação do imobilizado registada no exercício.

A reavaliação do imobilizado resultou da inventariação do Património da empresa por uma entidade independente, reportada a 30 de Junho de 1997.

Os resultados desta inventariação e avaliação foram apreciados pela Comissão de Avaliação nomeada por despacho do Sr. Secretário de Estado das Finanças em 12 de Dezembro de 1997 e homologado pelo Sr. Ministro das Finanças em 21 de Agosto de 1998.

Desta Reavaliação resultou uma Reserva de Reavaliação Extraordinária no valor de 895.918 contos, que só poderá ser utilizada na cobertura de prejuízos ou aumento de capital, não resultando sobre a mesma qualquer ónus fiscal, conforme despacho nº 75/95 do Sr. Ministro da Coordenação Económica.

### 7.7. FINANCIAMENTO

Continuaram a ser amortizados os empréstimos concedidos pelo Estado de Cabo Verde e o empréstimo contraído junto do Banco Comercial do Atlântico.

O aumento da dívida externa relaciona-se principalmente com o projecto do cabo submarino internacional, Atlantis 2, ainda em período de carência em que somente estão a ser liquidados juros.

	Saldo		Saldo		
(10 <sup>6</sup> ECV)	31/12/97	%	31/12/98	%	Varição
Dívida Interna .....	2 006	97,5	1 772	70,5	-11,6%
Curto Prazo.....	211	10,2	208	8,3	-1,4%
Médio e Longo Prazo	1 795	87,3	1 564	62,2	-12,9%
Dívida Externa .....	51	2,5	740	23,5	+1351%
Curto Prazo.....	-	-	-	-	-
Médio e Longo Prazo	51	2,5	740	29,5	+1351%
Total.....	2 057	100	2 512	100	22,1

### 7.8. RÁCIOS

Da análise dos rácios financeiros constata-se melhorias de liquidez, traduzindo-se na existência de um Fundo de Maneio por parte do Estado, dado ao aumento do Capital Circulante e reduções do Passivo a Curto Prazo.

O índice da cobertura dos encargos financeiros pelo Resultado Operacional registou um aumento significativo relativamente a 1997 (112%), o que revela um agravamento dos custos financeiros de financiamento e a sua relação com o Resultado Operacional.

	1997	1998	Varição
Liquidez Geral .....	1,07	1,23	14,9%
Liquidez Reduzida .....	1,04	1,20	15,4%
Cobertura de Encargos Financeiros %.....	10,6	22,5	112,3%
Endividamento (Dívidas a Longo Prazo / Capital Próprio).....	1,15	0,86	-25,2%

### 8. Perspectivas futuras

A estratégia definida para a Cabo Verde Telecom, que consigna,

- i. desenvolver o Serviço Telefónico fixo, através da expansão e modernização da rede de telecomunicações e estimulando a sua utilização;

- ii. prestar serviços de qualidade para a satisfação dos clientes, através da utilização de sistemas de informação eficazes e de acções orientadas para as melhorias no relacionamento e gestão dos clientes, na operacionalidade das redes, rapidez de resposta para novos acessos e na reparação de avarias;
- iii. diversificar o leque de negócios com o fornecimento de serviços avançados de telecomunicações, com especial destaque para o serviço móvel, comunicações de dados, Internet, ISDN, etc.;
- iv. assegurar um sistema tarifário dinâmico e orientado para os custos e para o mercado;
- v. consolidar o desenvolvimento institucional da CVT e dos recursos humanos criando uma força de trabalho altamente qualificada, produtiva e motivada;
- vi. reforçar as sinergias com a parceria estratégica, e os resultados obtidos, permitem-nos encarar com optimismo os anos que se seguem, pois que estão criadas as condições para concretização das tarefas ainda necessárias para enfrentar com sucesso os desafios que irão ser colocados à Cabo Verde Telecom..

### 9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, de acordo com o estabelecido na Lei, nos Estatutos e no Contrato de Concessão e:

Considerando que no ano de 1998 a CVT continuou o esforço de investimento no desenvolvimento e expansão das infra-estruturas de telecomunicações, que se prevê manter nos próximos anos .

Considerando que deve satisfazer as reais expectativas dos accionistas, quanto ao valor do dividendo a distribuir por acção.

Considerando ainda que a manutenção de uma situação financeira saudável, torna aconselhável o reforço das reservas para investimentos.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Accionistas a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 1998:

Resultados Líquidos do Exercício .....	395 828 285,37	100%
Reserva Legal .....	39.582.828,52	10%
Reserva para Investimentos .....	167.300.456,85	42%
Dividendos .....	188.945.000,00	48%

### 10. NOTA FINAL

O Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos às Autoridades Governamentais pela compreensão sempre manifestada e apoio ao desenvolvimento das operações da empresa.

O Conselho de Administração manifesta também o seu reconhecimento aos Auditores Independentes pelo acompanhamento regular e cuidado das operações da empresa ao longo do ano.

Por último o Conselho agradece aos Responsáveis e demais colaboradores da empresa o contributo dado para o desenvolvimento e expansão da actividade da Cabo Verde Telecom, que se revelou fundamental para a obtenção dos resultados registados.

O Conselho de Administração, Eugénio Inocêncio, António Pires Correia, Livia Morais Semedo, Luís José A. Madalena, José Luis Almeida.

### II. CONTAS

Demonstração de Resultados

Balanço

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração de Resultados Extraordinários de Exercício

Demonstração de Resultados de Exercícios Anteriores

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 1998

		31 de Dezembro de 1998		31 de Dezembro de 1997				31 de Dezembro de 1998		31 de Dezembro de 1997	
32	Existências Iniciais					71	Vendas de Mercadorias e Serviços				
36	Mercadorias	53,817,248.10		42,096,749.50			Mercadorias	10,950,398.00	10,950,398.00	193,111,721.00	193,111,721.00
	Mat.Primas Subs. e Consumo	23,347,122.00		34,955,153.41		72	Prestações de Serviços	2,907,507,091.93		2,263,230,308.56	
31	Compras					73	Trabalhos P/P empresa	27,636,330.00		29,763,696.00	
311	Mercadorias	30,697,129.39		50,064,286.65		75	Receitas Suplementares	780,510.17	2,935,923,932.10	5,077,710.00	2,298,071,714.56
312	Mat.Primas Subs. e Consumo	47,289,129.65		31,813,605.10							
	Regularização Existências					76	Receitas Financeiras Correntes	927,846.61		502,533.50	
38	Mercadorias	-56,826.00				77	Receitas Aplic. Financeiras	14,913,516.17		17,890,178.14	
	Mat.Prima Subs. e Consumo			(35,339.19)		78	Outras Receitas	470,451.50	16,311,814.28	377,567.00	18,770,278.64
	Existências Finais						(B)		2,963,186,144.38		2,509,953,714.20
32	Mercadorias	52,282,162.20		(53,817,248.10)							
36	Mat.Prima Subs. e Consumo	21,207,918.55		(23,347,122.00)		82	Perdas Extra. do Exercício	6,715,028.08		13,626,665.78	
61	Custo Exis.Vend.Consumidas					83	Ganhos Exercícios Anteriores	290,379,967.08	297,094,995.16	240,651,962.44	254,278,628.22
611	Mercadorias	32,175,389.29		38,343,788.05							
612	Mat.Primas Subs. e Consumo	49,428,333.10	81,603,722.39	43,386,297.32	1,730,065.00						
62	Subcontratos	415,150,851.15		500,107,965.65							
63	Fornecimento Serviços Terceiros	279,072,530.89		210,936,207.08							
64	Impostos	38,737,681.00		13,181,456.20							
65	Despesas com Pessoal	459,033,559.06		420,654,512.56							
66	Despesas Financeiras	175,948,267.43		61,756,969.10							
67	Outras Despesas e Encargos	103,566,227.83	1,471,509,117.36	90,269,661.10	1,296,906,771.69						
68	Amortizações Reint.Exercícios	734,047,520.19	734,047,520.19	590,862,189.90	590,862,189.90						
69	Provisões do Exercício	54,917,000.00	54,917,000.00								
	(A)		2,342,077,359.94		1,969,499,046.96						
82	Perdas Extra. Exercício	25,059,090.84		9,440,434.90							
83	Perdas Exercícios Anteriores	254,606,403.39	279,665,494.23	198,103,493.10	207,543,928.00						
	Provisões Imposto s/Lucros		242,710,000.00		210,000,000.00						
	Resultados Líquidos		395,828,285.37		377,189,367.46						
	TOTAL		3,260,281,139.54		2,764,232,342.42				3,260,281,139.54		2,764,232,342.42
1998	(1) Resultado Cor. do Exercício	621,108,784.44				1997	(1) Resultado Cor. do Exercício	540,454,667.24			
	(2) 82 - Resulta. Extra Exercícios	-18,344,062.76					(2) 82 - Resulta. Extra Exercícios	4,186,230.88			
	(3) 83 - Resulta do Exer. Anterior	35,773,563.69					(3) 83 - Resulta do Exer. Anterior	42,548,469.34			
	Resultados Antes Impostos	638,538,285.37					Resultados Antes Impostos	587,189,367.46			

Praia, aos 12 de Fevereiro de 1999.

O Conselho de Administração

Dr. Eugénio A. P. Inocêncio

Engº António Pires Correia

Engº Livia Maria Semedo

Dr. Luís José A. Madalena

Engº José Luís Almeida

O Departamento Financeiro

Dr. João Domingos B. Correia

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998

ACTIVO		ACTIVO BRUTO	PRO. AMORT. REINT	ACTIVO LIQUIDO	1997	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA		1998	1997
11	DISPONIBILIDADE					DÉBITO CURTO PRAZO			
	Caixa	5.131.548,10		5.131.548,10	8.108.587,10	219	Adiantamento Clientes		
12	Depósito a Ordem	354.439.369,99		354.439.369,99	302.779.735,14	22	Fornecedores c/correntes	376.572.599,84	551.561.047,43
		<b>359.570.918,09</b>		<b>359.570.918,09</b>	<b>310.888.322,24</b>				
	CRÉDITO A CURTO PRAZO					EMPRESTIMOS OBTIDOS			
21	Clientes c/Gerais	737.060.106,76	(144.243.389,41)	592.816.717,35	389.032.265,15	235	- Empréstimo Bancário	5.788.893,60	105.176.483,40
23	Empréstimos Concedidos	16.926.924,00		16.926.924,00	11.792.302,00	23	- Estado e Outras Entidades	201.903.192,97	106.076.520,00
25	Accionistas				2.586.536,00	24	Sector Público Estatal	109.270.433,43	93.324.883,45
26	Outros Devedores	682.394.754,56		682.394.754,56	783.718.502,11	25	Accionistas	68.726.020,41	56.418.602,69
						26	Credores p/Fom Imobilizado	14.712.138,54	76.407.884,54
		<b>1.436.361.785,32</b>	<b>(144.243.389,41)</b>	<b>1.292.138.395,91</b>	<b>1.187.129.605,26</b>	263/9	Outros Credores	345.614.568,58	248.094.886,26
						281	Prov p/Impostos s/Lucros	244.440.266,00	210.000.000,00
	EXISTÊNCIAS							<b>1.367.028.113,37</b>	<b>1.447.060.307,77</b>
32	Mercadorias	52.282.162,20	(16.293.974,70)	35.988.187,50	37.523.273,40				
36	Matérias Prim. de Consumo	21.207.918,55	(14.431.712,18)	6.776.206,37	8.915.409,82				
		<b>73.490.080,75</b>	<b>(30.725.686,88)</b>	<b>42.764.393,87</b>	<b>46.438.683,22</b>				
	CRÉDITO A M/L PRAZO					235	Empréstimo Bancário	757.330.651,71	74.272.603,78
23	Empréstimos Concedidos	24.145.250,52		24.145.250,52	24.526.400,82	237	Empréstimo Estado Out Ent Pública	1.547.013.884,11	1.771.443.537,76
						25	Accionistas	22.052.083,72	22.052.083,72
	IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS							<b>2.326.396.619,60</b>	<b>1.867.768.225,26</b>
411	Participações Financeiras	91.251.142,68	(4.917.000,00)	86.334.142,68	62.538.316,36				
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					TOTAL DO PASSIVO		<b>3.693.424.732,97</b>	<b>3.314.828.533,03</b>
421	Terrenos e Rec.Naturais	13.553.300,50		13.553.300,50	7.388.592,50	CAPITAL E PRES. SUPLEMENTARES			
422	Edif. e Out. Construções	653.474.011,88	(220.148.231,85)	433.325.780,03	258.301.522,16	CAPITAL ESTATUTÁRIO		<b>1.000.000.000,00</b>	<b>1.000.000.000,00</b>
423	Eq. Bás. Out. Maq. Instalações	100,16	(2.075.136,504,17)	3.678.940.796,01	2.582.994.072,97	RESERVA:			
424	Ferramentas e Utensílios	14,30	(10.166.898,80)	5.621.865,50	1.792.757,37	521	Reservas Legais e Estatutárias	136.960.470,68	99.241.533,93
425	Mat. Carga e Transporte	192.329.048,00	(103.528.266,16)	88.802.781,84	26.898.444,44	55	Reservas de reavaliação de Imob.	895.917.962,98	
426	Equip. Adm. Soc. Mob. Diverso	142.886.513,01	(65.558.816,05)	77.327.696,96	43.032.789,14	57	Reserva Livre	296.378.908,07	145.503.161,08
427	Taras	288.000,00	(281.000,00)	7.000,00	75.000,00	58	Resultados transitados	-38.066.005,07	
429	Outras Imob. Corpóreas	1.357.224,90	(339.306,07)	1.017.918,83	32.362,47	59	TOTAL	<b>1.291.191.336,66</b>	<b>244.744.695,01</b>
		<b>6.773.754.162,77</b>	<b>(2.475.167.023,10)</b>	<b>4.298.597.139,67</b>	<b>2.920.515.541,05</b>				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					88	RESULTADOS LÍQUIDOS		
4339	Gastos de Instalação e Expansão	40.698.456,36	(40.698.456,36)	0,00	0,00		Resultados Correntes do Exercício	621.108.784,44	540.454.667,24
439	Out. Imob. Incorpóreas	3.335.440,60	(1.897.141,62)	1.438.298,98	0,00		Resultados Extra do Exercício	-18.344.062,76	4.186.230,88
		<b>44.033.896,96</b>	<b>(42.595.597,98)</b>	<b>1.438.298,98</b>	<b>0,00</b>		Resultados Exercícios Anteriores	35.773.563,69	42.548.469,34
	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						Resultados Antes Impostos	<b>638.538.285,37</b>	<b>587.189.367,46</b>
442	Obras em Curso	206.157.883,72		206.157.883,72	365.509.205,82		Provisões p/ Impostos s/ Lucros	242.710.000,00	210.000.000,00
443	Imobilizações Inc. em curso	5.52.960,00		6.452.960,00			Resultados Liq. Depois Impostos	<b>395.828.285,37</b>	<b>377.189.367,46</b>
449	Imob. c/ Adiantamentos	51.97.163,00		51.197.163,00	12.201.390,23		Total da Situação Líquida	<b>2.687.019.622,03</b>	<b>1.621.934.062,47</b>
		<b>263.108.006,72</b>		<b>263.808.006,72</b>	<b>377.710.596,05</b>				
	CUSTOS ANTECIPADOS								
27	Despesas Antecipadas	614.438,04		614.438,04	2.105.209,24				
471	Conservação Plurienal	11.033.370,52		11.033.370,52	4.909.921,26				
		<b>11.647.808,56</b>		<b>11.647.808,56</b>	<b>7.015.130,50</b>				
	TOTAL PROVISÃO		(179.886.076,29)						
	TOTAL AMORTIZAÇÃO		(2.517.752.621,08)						
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>9,078,083,052,37</b>	<b>(2,697,638,697,37)</b>	<b>6,380,444,355,00</b>	<b>4,936,762,595,50</b>		<b>Total Passivo e da Situação Líquida</b>	<b>6,380,444,355,00</b>	<b>4,936,762,595,50</b>

Praia, aos 12 de Fevereiro de 1999

O Conselho de Administração

Dr. Eugénio A. P. Inocêncio

Engº António Pires Correia

Engª Livia Maria Semedo

Dr. Luis José A. Madalena

Engº José Luis Almeida

O Departamento Financeiro

Dr. João Domingos B. Correia

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	1998	1997
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>310,888</b>	<b>211,080</b>
<b>RECEBIMENTOS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>2,274,495</b>	<b>2,352,050</b>
De Clientes	1,789,885	1,451,635
Outros	484,609	900,415
<b>PAGAMENTOS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>1,390,719</b>	<b>1,109,440</b>
Fornecedores	591,698	551,560
Pessoal	459,034	420,655
Impostos	73,345	13,181
Outros	266,643	124,044
<b>SALDO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>883,775</b>	<b>1,242,610</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-EXPLORAÇÃO</b>	<b>17,915</b>	<b>34,631</b>
Rendimento Aplicações Financeiras	1,398	18,393
Amortização de Empréstimos Concedidos	16,516	16,238
Outros	0	0
<b>PAGAMENTOS EXTRA-EXPLORAÇÃO</b>	<b>1,522,377</b>	<b>1,825,844</b>
Encargos Financeiros	77,727	61,757
Amortização Empréstimos Obtidos	215,318	0
Investimento	115,318	28,360
Outros	100,000	0
Pagamento de Dividendos	160,058	75,884
Investimentos	883,608	1,490,260
Outros	0	0
Impostos s/ lucros	185,667	197,943
<b>SALDO EXTRA-EXPLORAÇÃO</b>	<b>-1,504,462</b>	<b>-1,791,213</b>
<b>EXCESSO/NECESSIDADE DE FUNDOS</b>	<b>-620,687</b>	<b>-548,603</b>
<b>ENTRADAS DE FUNDOS</b>	<b>686,428</b>	<b>667,937</b>
Empréstimos Obtidos	686,428	667,937
Investimento	686,428	567,937
Outros	0	100,000
Desmobilização Aplicações Financeiras	0	0
Aumento de Capital	0	0
Outras	0	0
<b>SAIDAS DE FUNDOS</b>	<b>17,058</b>	<b>19,525</b>
Constituição Aplicações Financeiras	0	0
Empréstimos Concedidos	17,058	19,525
Outros	0	0
<b>SALDO FINAL</b>	<b>359,571</b>	<b>310,889</b>

Praia, aos 12 de Fevereiro de 1999.

**O Conselho de Administração**

Dr. Eugénio A. P. Inocêncio  
 Engº António Pires Correia  
 Engª Livia Maria Semedo  
 Dr. Luís José A. Madalena  
 Engº José Luís Almeida

**O Departamento Financeiro**

Dr. João Domingos B. Correia

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS DO EXERCÍCIO**

1998

CÓDIGO				CÓDIGO		
8221	Alienação de Imob. Corpóreas	1,143,500.00		821	Sinistros	3,496,341.00
827	Multas Outras Penalidades Legais	15,690.00		8294	Mais Valia em Imobilizado	500,000.00
8281	Perdas Anormais em Existência	56,826.00		8296	Diferenças de Câmbios Favoráveis	2,606,186.81
8286	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	18,484,517.81		8296	Ganhos Ext.n/Especificados	112,500.27
8288	Donativos e Quot. n/ Obrigatórios	5,351,044.50				
8289	Outras Perdas Extraordinárias	7,512.53	25,059,090.84			
	Resultados Extraordinários		-18,344,062.76			
			<b>6,715,028.08</b>			<b>6,715,028.08</b>

CÓDIGO				CÓDIGO		
831	Impostos s/Lucros	208,269,734.00		832	Utilização Provisões	208,269,734.00
83811	Anulação de Proveitos	75,133.50		83999	Outros Proveitos Ex. Ant. n/ Especif.	82,110,233.08
83812	Anulação de Serv. Prestados	627,911.10				
83891	Fornecimento Serviços Terceiros	17,555,938.30				
83895	Despesas com Pessoal	943,181.11				
83899	Outros Custos Exerc. Anteriores	27,134,505.38	254,606,403.39			
	- Resultados Exerc. Anteriores		35,773,563.69			
			<b>290,379,967.08</b>			<b>290,379,967.08</b>

Praia, aos 12 de Fevereiro de 1999.

**O Conselho de Administração**

Dr. Eugénio A. P. Inocêncio  
 Engº António Pires Correia  
 Engª Livia Maria Semedo  
 Dr. Luís Ambrósio Madalena  
 Engº José Luís Almeida

**O Departamento Financeiro**

Dr. João Domingos B. Correia

### III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

#### Relatório dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, S.A.R.L.

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Cabo Verde Telecom, S.A.R.L., as quais compreendem os balanços em 31 de Dezembro de 1998 e 1997, a demonstração dos resultados líquidos para os exercícios findos naquelas datas, e as respectivas notas anexas. As referidas demonstrações financeiras são da inteira responsabilidade do Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, S.A.R.L.. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras baseada no resultado da nossa auditoria.

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites e, conseqüentemente, incluiu testes aos registos e documentos contabilísticos, além de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias, por forma a concluirmos, com uma margem de segurança razoável, que tais demonstrações financeiras não se encontram afectadas por erros ou omissões que possam ser considerados materiais. Uma auditoria compreende, ainda, a avaliação dos princípios contabilísticos utilizados, das estimativas efectuadas pelo Conselho de Administração e da

forma de apresentação das demonstrações financeiras. Consideramos que o trabalho de auditoria por nós realizado constitui uma base razoável para a emissão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras identificadas no parágrafo 1. apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da Cabo Verde Telecom, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 1998 e 1997, bem como os resultados das suas operações para os exercícios findos naquelas datas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, consignados no Plano Nacional de Contabilidade de Cabo Verde.

4. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo 3., chamamos a atenção para o facto de, em 1998, a Cabo Verde Telecom, S.A.R.L. ter procedido à reavaliação do seu património, com base num trabalho de inventariação e avaliação dos diversos bens que o compõem realizado por uma entidade independente, com referência aos valores de 30 de Junho de 1997, e homologado pelo Ministério das Finanças em 1998. Tal reavaliação contribuiu para uma correcção do valor do imobilizado corpóreo líquido de amortizações e re-integrações acumuladas em 895.918 contos, dando origem a uma correspondente Reserva de reavaliação extraordinária do mesmo valor.

DELOITTE & TOUCHE

29 de Janeiro de 1999

### **CABO VERDE TELECOM, S.A.R.L.**

#### **BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos = contos)**

	<u>NOTAS</u>	<u>1998</u>	<u>1997</u>
<b>ACTIVO</b>			
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Caixa e depósitos à ordem	3	359.571	310.889
Clientes - líquido	2 & 4	592.820	389.030
Empréstimos concedidos	5	16.926	11.792
Accionistas		-	2.587
Outros devedores	6	682.394	783.720
Existências - líquido	2 & 7	42.764	46.438
		1.694.475	1.544.456
<b>CRÉDITOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>			
Empréstimos concedidos	5	24.144	24.526
<b>IMOBILIZADO</b>			
Imobilizações financeiras	2 & 8	86.334	62.538
Imobilizações corpóreas e em curso - líquido	2 & 9	4.562.405	3.298.227
Imobilizações incorpóreas - líquido	2	1.438	-
		4.650.177	3.360.765
<b>CUSTOS ANTECIPADOS</b>			
Despesas antecipadas		614	2.105
Conservação plurienal	2	11.033	4.910
		11.647	7.015
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>6.380.443</b>	<b>4.936.762</b>

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**CABO VERDE TELECOM, S.A.R.L.**

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos = contos)

PASSIVO	NOTAS	1998	1997
<b>DÉBITOS A CURTO PRAZO</b>			
Fornecedores c/gerais	10	376.573	551.560
Empréstimos bancários	11	5.789	105.176
Empréstimos do Estado e outras entidades públicas	11	202.838	106.076
Sector público estatal	12	109.270	93.324
Accionistas	13	68.726	56.419
Credores p/fornecimento de imobilizado		14.712	76.408
Outros credores	2 & 14	345.695	248.096
Provisão para impostos sobre lucros	15	244.440	210.000
		1.368.043	1.447.059
<b>DÉBITOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>			
Empréstimos bancários	11	757.332	74.273
Empréstimos do Estado e outras entidades públicas	11	1.545.996	1.771.444
Accionistas	13	22.052	22.052
		2.325.380	1.867.769
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		3.693.423	3.314.828
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>			
Capital social	16	1.000.000	1.000.000
Reservas	17	1.329.258	244.744
Resultados transitados		(38.066)	0
Resultado líquido		395.828	377.190
<b>TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>		2.687.020	1.621.934
<b>TOTAL DO PASSIVO E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>		6.380.443	4.936.762

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**CABO VERDE TELECOM, S.A.R.L.****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 e 1997 (valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos = contos)**

	<u>NOTAS</u>	<u>1998</u>	<u>1997</u>
<b>PROVEITOS OPERACIONAIS</b>			
Prestações de serviços	18	2.907.508	2.449.471
Vendas de mercadorias e produtos		10.951	6.864
		<u>2.918.459</u>	<u>2.456.335</u>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
Custo das existências vendidas e consumidas		81.604	81.729
Subcontratos	19	415.151	500.108
Fornecimentos e serviços de terceiros	20	279.073	210.929
Despesas com o pessoal	21	459.034	420.656
Impostos directos e indirectos		38.737	13.182
Depreciações e amortizações	2 & 22	734.047	590.861
Outras despesas e encargos	23	103.566	90.269
Provisões do exercício		54.917	-
		<u>2.166.129</u>	<u>1.907.734</u>
Resultado operacional		752.330	548.601
Despesas financeiras		(175.948)	(61.758)
Receitas suplementares		780	5.079
Trabalhos para a própria empresa		27.636	29.764
Receitas financeiras correntes		921	502
Receitas de aplicações financeiras		14.914	17.890
Outras receitas		471	378
Resultado corrente		621.104	540.456
Resultados extraordinários do exercício	24	(18.343)	4.186
Resultados de exercícios anteriores	25	- 35.777	42.548
Resultado antes de impostos		638.538	587.190
Provisão para impostos sobre lucros	15	242.710	210.000
Resultado líquido		<u>395.828</u>	<u>377.190</u>

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE ESCUDOS CABO-VERDIANOS = CONTOS)

1. Actividade da empresa e informações relevantes

A Cabo Verde Telecom, S.A.R.L. CVT) resultou do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações, E.P. CTT-EP), de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 9-A/95, de 16 de Fevereiro, reportando-se a data da sua constituição a 1 de Janeiro de 1995.

Em 28 de Novembro de 1996 foi assinado um contrato de concessão entre o Estado e a CVT, para a exploração do serviço público de telecomunicações, por um período de vinte e cinco anos, conforme previsto no Decreto-Lei nº 33/95, de 20 de Junho.

Em Dezembro de 1995, como resultado da decisão do Governo da República de Cabo Verde, consignada no Decreto-Lei nº 33/95, de 20 de Junho, foi concretizada a privatização parcial (40%) do capital da Empresa.

Em 1996, decorreu a segunda fase de privatização do capital da Empresa, tendo sido concretizada e totalmente subscrita a parte de 5% reservada aos trabalhadores da Empresa até Dezembro de 1996. A subscrição dos restantes 20% decorreu até ao primeiro semestre de 1997, encontrando-se concluída a parte atribuída ao público em geral.

Foi entretanto aprovada e publicada, em 12 de Janeiro de 1998, a autorização da terceira fase de privatização de 24% do capital da Empresa, a qual foi concretizada em Fevereiro de 1998.

A CVT tem por objecto a exploração do serviço público de telecomunicações em Cabo Verde, cobrindo o território nacional e a sua ligação com as redes internacionais, na sequência da actividade anteriormente desenvolvida pela CTT-EP nesta área, de onde foram transferidos os meios que lhe estavam afectos.

A componente patrimonial daqueles meios foi objecto de uma quantificação preliminar apresentada em anexo ao referido Decreto-Lei nº 9-A/95, posteriormente ajustada com base na afectação específica e/ou em critérios de razoabilidade subjacentes à repartição dos valores activos e passivos pelas novas entidades resultantes do processo de cisão - Cabo Verde Telecom, S.A.R.L. e Correios de Cabo Verde, S.A.R.L. CCV), a partir do balanço da CTT - EP, em 31 de Dezembro de 1994.

A referida repartição de valores foi determinada com base no trabalho realizado pelos auditores CONFIRA, LDA., tendo posteriormente sido objecto de uma alteração nos saldos entre as duas novas entidades, introduzida por Despacho Ministerial de 17 de Junho de 1996.

Em 1997, foi efectuada, por uma entidade independente, uma inventariação e avaliação do património da CVT, com valores referentes a 30 de Junho de 1997. Os resultados do estudo de inventariação e avaliação do património foram apreciados pela Comissão de Avaliação nomeada por despacho do Secretário de Estado das Finanças em 12 de Dezembro de 1997 e homologados pelo Ministério das Finanças em 21 de Agosto de 1998, os quais contribuíram para a constituição de uma Reserva de Reavaliação extraordinária no valor de 895.918 contos.

2. Resumo dos princípios contabilísticos e critérios valorétricos adoptados

Preparação das contas.

As contas foram elaboradas a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com as disposições do Plano Nacional de Contabilidade de Cabo Verde. Os princípios contabilísticos fundamentais seguidos foram os da continuidade das operações, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência e da materialidade.

Imobilizações financeiras - As imobilizações financeiras estão registadas ao custo de aquisição. Além disso, encontram-se corrigidas de modo a reflectir diversas alterações de valor que entretanto se registaram. As participações financeiras expressas em moeda estrangeira foram convertidas para escudos cabo-verdianos à taxa de câmbio da data da sua aquisição, com excepção das correcções subsequentes, para as quais foi utilizada uma taxa de câmbio média referente ao período da corecção.

A provisão constituída para imobilizações financeiras tem por base a situação líquida das Empresas participadas.

Imobilizações corpóreas e incorpóreas - Os bens do imobilizado corpóreo e incorpóreo estão valorizados ao custo de aquisição e/ou de produção, incluindo todas as despesas inerentes à respectiva importação, transporte e outras incorridas até à sua entrada em funcionamento, bem como as diferenças cambiais apuradas durante o período em que se encontrava em curso.

Os bens adquiridos até 30 de Junho de 1997 foram sujeitos a uma reavaliação extraordinária, tendo por base a inventariação e avaliação do património da CVT efectuada por uma entidade independente, a qual foi apreciada pela Comissão de Avaliação nomeada por despacho do Secretário de Estado das Finanças e autorizada pelo Ministério das Finanças.

Os encargos correntes com reparações e trabalhos de manutenção são registados como custos no exercício em que os mesmos ocorrem. São considerados em conservação plurienal os custos dos trabalhos cuja repercussão se estende por mais de um exercício.

Reintegrações e amortizações - As reintegrações e amortizações dos bens do imobilizado corpóreo e do imobilizado incorpóreo são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, aplicando as taxas previstas na Portaria nº 3/84, publicada no Boletim Oficial nº 4, de 28 de Janeiro, e reflectem razoavelmente a vida útil estimada dos respectivos bens.

Existências - Estão valorizadas ao seu custo de aquisição, sendo o custeio das saídas efectuado segundo o método do custo médio ponderado.

São constituídas provisões para depreciação de existências, tendo por base as suas potenciais perdas de valor estimadas.

Transacções em moeda estrangeira - As operações expressas em moeda estrangeira são convertidas em escudos cabo-verdianos às taxas de câmbio em vigor na data em que as mesmas ocorrem. As diferenças de câmbio inerentes a estas operações, favoráveis ou desfavoráveis, apenas são registadas na demonstração de resultados na data do seu pagamento e/ou recebimento. No entanto, as contas bancárias em moeda estrangeira foram actualizadas às taxas de câmbio de 31 de Dezembro de 1998, e as diferenças cambiais assim apuradas foram registadas em resultados naquela data.

Transacções com correspondentes internacionais - Os custos e proveitos que resultam das operações correntes com aquelas entidades são reconhecidos contabilisticamente no exercício em que ocorrem.

As operações cujo resultado não é possível apurar até ao final de cada exercício são registadas pelo seu valor estimado, tendo por base o volume de transacções usualmente efectuado.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa - O cálculo desta provisão é efectuado tendo por base a análise dos saldos evidenciados na rubrica de clientes e dos riscos efectivos de cobrança a eles associados.

Responsabilidades com férias e subsídio de férias - A Empresa reconhece a responsabilidade com férias e subsídio de férias como custo do exercício a que as mesmas dizem respeito.

3. Caixa e depósitos à ordem

Em 31 de Dezembro, o saldo da rubrica de caixa e depósitos à ordem apresentava a seguinte composição:

	1998.	1997
Caixa		
Tesouraria da Praia .....	-	5.139
Tesouraria do Mindelo .....	1.205	1.903
Tesouraria do Sal .....	2.937	1.776
Fundos permanentes .....	47	271
Transferências de caixa .....	943	980
	5.132	8.109

	1998	1997
Depósitos à ordem		
Banco Comercial do Atlântico - Praia ...	123.903	124.832
Mindelo .....	1.367	31.635
Sal .....	759	24.647
Maio .....	-	5.44
	126.029	186.555
Banco Totta & Açores .....	55.203	97.487
Caixa Económica de Cabo Verde .....	3.550	18.738
Caixa Geral de Depósitos .....	146.521	-
Banco Espírito Santo	2 3.136	-
	354.439	302.780
Total .....	359.571	310.889

## 4. Clientes

Em 31 de Dezembro, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Contas correntes		
- Santiago .....	457.721	288.093
- S. Vicente .....	74.472	62.927
- Sal .....	61.815	32.670
- St. Antão .....	18.979	14.247
- Fogo .....	28.046	18.163
- Boavista .....	18.929	11.482
- S. Nicolau .....	8.486	7.356
- Brava .....	8.431	6.933
- Maio .....	4.965	1.877
	681.844	443.748
Cobrança duvidosa e coerciva		
- Assinantes particulares .....	55.219	39.525
Total .....	737.063	483.273
Menos: Provisão para créditos de cobrança duvidosa .....	144.243	94.243
Valor líquido .....	592.820	389.030

O saldo a receber de clientes representa créditos sobre particulares, organismos estatais e outras entidades públicas e privadas.

Em Janeiro de 1999 concretizou-se o acordo final que resultou na autorização por parte do Ministro das Finanças, do encontro de contas entre a renda contratual pagar de 1996 e 1997 (Nota 12), as prestações e respectivos juros a pagar em atraso referentes ao segundo semestre de 1993 (Notas 11.2.), bem como as dívidas pendentes do Estado e outros organismos para com a CVT.

O efeito do encontro de contas no saldo final de clientes em 31 de Dezembro de 1998 representou uma redução de 71.873 contos (Nota 6).

## 5. Empréstimos concedidos

Em 31 de Dezembro, a rubrica de empréstimos concedidos ao pessoal) apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Curto prazo		
- Empréstimos para pagamento de impostos .....	1.739	3.637
- Empréstimos para aquisição de viaturas .....	2.561	2.435
- Empréstimos para fins sociais .....	11.908	5.072
- Empréstimos para compra de moradias .....	442	405
- Outros empréstimos ao pessoal .....	276	243
	16.926	11.792
Médio e longo prazos		
- Empréstimos para aquisição de viaturas .....	6.150	6.799
- Empréstimos para fins sociais .....	14.339	15.056
- Empréstimos para compra de moradias .....	2.424	2.671
- Outros empréstimos ao pessoal .....	1.231	-
	24.144	24.526
Total .....	41.070	36.318

Os empréstimos para pagamento de impostos são reembolsados no período de um ano e não vencem juros.

Os empréstimos para aquisição de viaturas até 1997 são reembolsados num período de seis anos, em prestações mensais e iguais de capital e juros, calculados à taxa anual de 2%. Os novos empréstimos, concedidos a partir de 1998, não vencem juros.

Os empréstimos para compra de moradias são reembolsados num período de nove anos, com início em 1994 inclusive, não vencendo juros.

Os empréstimos para fins sociais não vencem juros, sendo as condições de reembolso definidas individualmente.

## 6. Outros devedores

Em 31 de Dezembro, a rubrica de outros devedores apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Correspondentes internacionais .....	319.451	211.359
Correios de Cabo Verde, S.A.R.L		
- adiantamentos por conta do Estado de Cabo Verde .....	-	105.986
- conta corrente .....	42.432	77.644
- remanescente para encontro de contas	21.503	-
	63.935	183.630
Estado - Encontro de contas .....	102.043	-
Intelsat .....	366	40.048
Devedores por cobrança diferida -		
- Facturação nacional .....	1.940	84.653
- Facturação estrangeira .....	124.437	140.142
Devedores por cauções prestadas .....	16.378	74.836
Estação rádio marítima .....	24.274	25.707
GARSEE .....	-	8.016
Projecto Atlantis 2 .....	-	6.167
Advantech .....	11.103	-
Outros .....	18.467	9.162
	299.008	388.731
Total .....	682.394	783.720

O saldo da rubrica de Correspondentes Internacionais refere-se ao valor a receber pela repartição das receitas telefónicas.

O saldo em conta corrente a receber dos Correios de Cabo Verde, S.A.R.L. corresponde a cobranças realizadas em nome da CVT, e ainda não regularizadas. Os valores dos Adiantamentos foram efectuados por conta do Estado de Cabo Verde e destinam-se a fundos para vales e outros fins.

Em Janeiro de 1999, foi autorizado por parte do Ministro das Finanças o encontro de contas que incluiu os seguintes valores:

Dívidas a receber do Estado e outros organismos públicos	
Como clientes anteriores a 1995 .....	25.892
Como clientes de 1995 a 31/12/97 .....	45.981
Sub-total (Nota 4) .....	71.873
Dívidas dos Correios assumidas pelo Estado .....	105.986
Dívidas diversas dos Correios .....	46.011
Dívida do GARSEE .....	8.016
Total a receber .....	231.886
Dívidas a pagar ao Estado	
Renda contratual 1996 e 1997 (Nota 12) .....	83.309
Prestações e respectivos juros por liquidar desde 1993 (ex-CTT) (Nota 11.2) .....	46.534
Total a pagar .....	129.843
Posição devedora do Estado à CVT .....	102.043

Os valores regularizados relativos aos adiantamentos efectuados e parte das dívidas diversas (conta corrente) dos Correios de Cabo Verde, S.A.R.L. (no total de 77.644 contos), assim como da dívida do GARSEE, dizem respeito aos saldos evidenciados na análise de outros devedores em 1997.

O valor de 102.043 contos corresponde ao remanescente das dívidas previstas no acordo e que será regularizado com o valor da renda contratual de 1998 e 1999.

O saldo de Devedores por cobrança diferida inclui parte da previsão de facturação nacional referente ao mês de Dezembro e do tráfego telefónico referente ao quarto trimestre de 1998 com Itália, Espanha, Senegal, Portugal, França, Estados Unidos, Holanda e Brasil.

A conta de Devedores por cauções prestadas representa créditos documentários abertos no Banco de Cabo Verde relacionados com processos de importação em curso, relativamente aos investimentos em 31 de Dezembro de 1998.

O saldo referente à estação rádio marítima engloba valores a receber de diversas companhias marítimas.

#### 7. Existências

Em 31 de Dezembro, as existências apresentavam a seguinte composição:

	1998	1997
<b>Mercadorias</b>		
- Praia .....	46.269	46.945
- S. Vicente .....	6.013	6.872
	52.282	53.817
<b>Matérias primas, subsidiárias e de consumo</b>		
- Praia .....	16.266	18.354
- S. Vicente .....	4.942	4.993
	21.208	23.347
	3.490	77.164
<b>Menos: Provisão para depreciação de existências .....</b>		
	30.726	30.726
<b>Total .....</b>	<b>42.766</b>	<b>46.438</b>

A rubrica de mercadorias é composta, na sua maioria, de um valor de 19.361 contos de "Phone cards" e de 26.205 contos de equipamentos de telecomunicações para venda a terceiros.

#### 8. Imobilizações financeiras

Em 31 de Dezembro, as imobilizações financeiras apresentavam a seguinte composição:

	1998	1997
Intelsat - International Telecommunication Satellite Organization .....	84.551	62.538
Directel Cabo Verde, Lda. ....	6.700	-
	91.251	62.538
Menos: Provisão para imobilizações financeiras .....	4.917	-
<b>Total .....</b>	<b>86.334</b>	<b>62.538</b>

A participação inicial na Intelsat International Telecommunication Satellite Organization, correspondia ao contravalor de USD 910.174,89, convertidos à taxa de câmbio na data da operação.

Em 1998, esta participação registou diversas correcções por ajustamentos à participação que foram efectuados por parte da Intelsat, as quais ascenderam a USD 230.718,2, convertidas a uma taxa de câmbio média do período de correcção. Actualmente, a participação corresponde exactamente a 0,05% do capital (1997: 0,054875%).

Em 1998, a CVT adquiriu uma participação de 40 % no capital da Directel Cabo Verde, Lda., pelo valor de 6.700 contos. Tendo em atenção a situação financeira deficitária em que se encontra aquela Empresa e o plano de reestruturação implementado, foi constituída, por uma questão de prudência, uma provisão no valor de 4.917 contos.

#### 9. Imobilizações corpóreas e em curso

Os movimentos ocorridos nesta rubrica em 1998 encontram-se em anexo.

Conforme referido na Nota 1, na sequência da transferência que se verificou da extinta CTT-EP decorrente da cisão efectuada, a Empresa não dispõe ainda dos títulos de registo de propriedade para alguns dos seus imóveis.

Conforme referido na Nota 1, foi efectuada em 1997, por uma entidade independente, uma inventariação e avaliação do património da CVT, com valores referentes a 30 de Junho de 1997, a qual foi apreciada na Comissão de Avaliação nomeada por despacho do Secretário de Estado das Finanças, em 12 de Dezembro de 1997, que certificou os resultados finais da referida inventariação e avaliação. Este estudo foi sujeito a homologação por parte do Ministério das Finanças em 21 de Agosto de 1998, o que contribuiu para a constituição de uma reserva de reavaliação de 895.918 contos (Nota 17). Adicionalmente, obteve-se a classificação dos bens de acordo com os critérios definidos no contrato de concessão.

Simultaneamente ao trabalho acima referido, também se obteve um número significativo de registos de propriedade para alguns bens imóveis.

As principais taxas de depreciação aplicadas no exercício foram as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções .....	2 - 4
Equipamento básico .....	10 - 12,5
Ferramentas e utensílios .....	25
Material de carga e transporte .....	20
Equipamento administrativo .....	8,33 - 20

As imobilizações em curso incluíam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 1998:

Obras em curso	
Projecto Atlantis 2 .....	185.807
Outros .....	26.807
	212.614
Imobilizações c/adiantamentos .....	51.196
Total .....	263.810

#### 10. Fornecedores

Em 31 de Dezembro, a rubrica de fornecedores apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Nacionais .....	8.303	7.506
Estrangeiros .....	368.270	544.054
Total .....	376.573	551.560

#### Empréstimos

##### 11.1. Bancários

Em 31 de Dezembro, a rubrica de empréstimos bancários apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
<b>Curto prazo</b>		
Banco Comercial do Atlântico .....	5.789	5.176
- Banco Totta & Açores .....	-	100.000
	5.789	105.176
<b>Médio e longo prazos</b>		
- Banco Comercial do Atlântico .....	17.650	23.438
- Banco Espírito Santo .....	739.682	50.835
	757.332	74.273
Total .....	763.121	179.449

O empréstimo contraído junto do Banco Comercial do Atlântico, vence juros à taxa de 11,5%, sendo amortizado em prestações semestrais até Abril de 2002.

O empréstimo contraído no Banco Totta & Açores, venceu juros à taxa de 11%, tendo sido totalmente amortizado, em prestações trimestrais, até Novembro de 1998.

O empréstimo contraído no Banco Espírito Santo, vence juros à taxa Libor acrescida de 0,4%, sendo amortizado de Junho de 2001 até Dezembro de 2009, em prestações semestrais.

##### 11.2. Do Estado e outras entidades públicas

A composição desta rubrica em 31 de Dezembro de 1998 e 1997 encontra-se em anexo.

Estes empréstimos foram concedidos inicialmente, pelas entidades referidas em anexo, ao Estado de Cabo Verde que posteriormente os cedeu à Empresa. Encontram-se titulados em escudos cabo-verdianos, com excepção do empréstimo do Fundo Africano de Desenvolvimento - Projecto Complementar que foi concedido em diversas parcelas expressas em diferentes moedas estrangeiras, nomeadamente, dólares dos Estados Unidos da América, marcos Alemães e libras do Reino Unido. Os empréstimos vencem juros a taxas anuais que variam entre 3% e 8%, e são reembolsáveis em escudos cabo-verdianos.

Em 1998, foram regularizadas através do encontro de contas efectuado com o Estado, as prestações vencidas dos empréstimos contraídos através do Estado e não liquidadas pela CTT-EP no segundo semestre de 1993, bem como os respectivos juros, no montante total de 46.534 contos. (Nota 6).

A parcela com vencimento a médio e longo prazos será reembolsada de acordo com o seguinte escalonamento anual:

2000 .....	103.906
2001 .....	108.190
2002 .....	97.950
Posteriormente a 2003 .....	659.981
Outros não definidos .....	488.168
Total .....	1.545.996

A partir de 1996, a Cabo Verde Telecom começou a utilizar tranches de um novo empréstimo, o qual, em 31 de Dezembro de 1998, se cifrava em 488.168 contos. No entanto, ainda não foi acordado o período de reembolso nem a taxa de juro deste empréstimo, tendo-se iniciado negociações que indicam que o período de reembolso será entre 10 e 12 anos e a taxa de juro oscilará entre 6% e 8%, devendo a sua amortização ter sido iniciada em Junho de 1997.

#### 12. Sector público estatal

Em 31 de Dezembro, a rubrica de sector público estatal apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Renda contratual .....	94.106	82.661
Instituições de previdência .....	8.978	5.264
Imposto único sobre o rendimento .....	6.177	5.306
Outros .....	9	93
Total .....	109.270	93.324

O saldo da renda contratual em 31 de Dezembro de 1997, foi regularizado em 1998 através do encontro de contas mencionado na Nota 6.

#### 13. Accionistas

Em 31 de Dezembro, a rubrica de accionistas apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
<b>Curto prazo</b>		
- Resultados de 1996 .....	4.065	56.419
- Resultados de 1997 .....	64.661	-
	68.726	56.419
<b>Médio e longo prazos</b>		
- Resultados de 1995 .....	22.052	22.052
Total .....	90.778	78.471

Os Resultados de 1995 no valor de 22.052 contos foram atribuídos aos accionistas a título de dividendos, não se prevendo o seu pagamento a curto prazo.

#### 14. Outros credores

Em 31 de Dezembro, a rubrica de outros credores apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Correspondentes internacionais .....	64.110	43.668
Provisão para férias e subsídio de férias	45.494	43.609
Encargos financeiros a liquidar .....	68.842	36.268
Credores por pagamentos diferidos .....	33.886	33.877
Portugal Telecom Internacional SGPS,S.A.	30.611	38.297
Diferença de clientes por analisar .....	31.638	31.638

Credores por compra de moradias .....	9.600	9.600
Cauções .....	17.918	-
Ministério das Infraestruturas e Habitação - Direcção Geral das Comunicações .....	27.400	-
Outros .....	16.196	11.139
Total .....	345.695	248.096

O saldo da rubrica de correspondentes internacionais refere-se ao valor a pagar pela repartição das receitas telefónicas.

O valor de 45.494 contos da Provisão para férias e subsídio de férias é relativo às responsabilidades com férias e subsídio de férias de 1998.

A rubrica de encargos financeiros corresponde ao reconhecimento dos juros dos empréstimos obtidos relativos a 31 de Dezembro de 1998 Nota 11.2).

O saldo da Portugal Telecom Internacional SGPS, S.A. corresponde ao valor a pagar por prestações de serviços, assistência técnica e outros serviços, referente a parte do exercício de 1998.

Em 1998, a CVT começou a pagar ao Ministério das Infraestruturas e Habitação - Direcção Geral das Comunicações as taxas de licenciamento dos sistemas de telecomunicações referentes aos serviços de radiocomunicações, que prevêm taxas de expediente e taxas de utilização, de acordo com o previsto na Portaria nº 20/96 de 27 de Maio. Em 31 de Dezembro de 1998, o valor a pagar ascendia a 27.400 contos.

#### 15. Provisão para impostos sobre lucros

A provisão constituída para impostos sobre lucros referente ao exercício de 1998, foi calculada com base no lucro tributável estimado pela CVT, conforme estabelecido no regulamento do imposto único sobre os rendimentos.

As declarações relativas aos exercícios findos até 31 de Dezembro de 1997, inclusive, foram entretanto apreciadas pelo Ministério da Coordenação Económica e não resultaram quaisquer ajustamentos significativos aos valores já liquidados e pagos.

#### 16. Capital social

O capital social, de 1.000.000 contos, encontra-se integralmente realizado e está dividido em dois blocos de acções nominativas com o valor nominal unitário de 1.000 escudos cabo-verdianos.

Um bloco indivisível de 400.000 acções (tipo A) é detido pela Portugal Telecom Internacional SGPS, S.A., e apenas poderá ser transmitido com autorização do Governo da República de Cabo Verde. O segundo bloco, de 600.000 acções (tipo B), era inicialmente do Estado pelo Estado na sua totalidade. A alienação de parte deste bloco para pequenos investidores, equivalente a 250.000 acções, estava prevista no Decreto-Lei nº 33/95, de 20 de Junho, que igualmente identificava os grupos potenciais adquirentes.

Em Dezembro de 1996, o Estado alienou 50.325 acções aos trabalhadores da Cabo Verde Telecom, S.A.R.L..

Em 1997, das restantes 200.000 acções, foram alienadas 150.000 para o público e 9.096 para emigrantes.

Em 1998, o Estado alienou 240.000 acções, as quais foram subscritas pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

#### 17. Reservas

Durante o exercício ocorreram os seguintes movimentos em reservas:

Saldo	Inicial	Reduções	Aumentos	Saldo
Final				
Reserva geral .....	50.699	-	37.720	88.419
Reservas para investimentos...	145.503	-	150.876	296.379
Reserva para fins sociais .....	48.542	-	-	48.542
Reserva de reavaliação .....	-	-	895.918	895.91
Total .....	244.744	-	1.084.51	1.329.258

O aumento das reservas em 1998 é referente à transferência dos resultados líquidos do exercício de 1997, conforme aprovado na Assembleia Gera' de 19 de Março de 1998, após a distribuição de dividendos de 188.595 contos.

Reserva geral - é reforçada em cada exercício pela parcela mínima de 10% dos resultados líquidos do exercício anterior, de acordo com a legislação em vigor. A reserva geral só pode ser utilizada (i) para cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) para cobrir a parte dos prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possa ser coberta pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas, e (iii) para incorporação no capital social.

Reserva para fins sociais - destina-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização colectiva e/ou de serviços colectivos aos trabalhadores, bem como a bonificações de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente dos trabalhadores.

Reserva de reavaliação - resultou do processo de inventariação e avaliação do património da CVT efectuada em 1998 e homologada pelo Ministério das Finanças em 21 de Agosto de 1997. Esta reserva de reavaliação apenas poderá ser utilizada para cobertura de prejuízos ou aumento de capital, cabendo a decisão ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

#### 18. Prestações de serviços

Em 31 de Dezembro, a rubrica de prestações de serviços apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Serviços internos de telecomunicações		
Serviço telefónico .....	1.600.913	1.332.717
Serviço de telex .....	13.186	12.804
"Phone cards" .....	226.448	186.248
Aluguer de circuitos .....	46.688	40.462
Concessão de postos de telecomunicações .....	31.260	27.002
Internet .....	20.127	1.703
Serviço móvel .....	66.837	-
Outros .....	10.539	14.808
	2.015.998	1.615.744
Serviços de telecomunicações com o exterior		
Serviço telefónico .....	882.916	819.734
Serviço de telex .....	7.299	12.460
Serviço telegráfico .....	1.295	1.533
	891.510	833.727
Total .....	2.907.508	2.449.471

#### 19. Subcontratos

Em 31 de Dezembro, a rubrica de subcontratos apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Correspondentes internacionais .....	362.503	446.586
Aluguer de circuitos .....	49.898	53.522
Serviço móvel .....	2.750	-
Total .....	415.151	500.108

## 20. Fornecimentos e serviços de terceiros

Em 31 de Dezembro, a rubrica de fornecimentos e serviços de terceiros apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Energia eléctrica .....	36.111	31.501
Trabalhos especializados .....	65.253	47.308
Conservação e reparação .....	14.967	8.043
Transporte de mercadorias .....	5.593	8.214
Deslocações e estadas .....	23.789	13.763
Comissões a intermediários .....	28.092	19.956
Combustíveis e lubrificantes .....	17.209	15.062
Rendas e alugueres .....	5.083	3.821
Serviços diversos .....	23.008	19.951
Seguros .....	13.766	10.953
Honorários .....	2.554	3.343
Fornecimentos diversos .....	7.400	6.735
Publicidade e propaganda .....	12.953	4.679
Outros .....	23.295	17.600
Total .....	279.073	214.929

A rubrica de Trabalhos especializados inclui a remuneração da assistência técnica devida à Portugal Telecom Internacional (Nota 14).

## 21. Despesas com pessoal:

Em 31 de Dezembro, a rubrica de despesas com o pessoal apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Remunerações dos corpos gerentes .....	10.672	12.597
Ordenados e salários .....	239.529	230.877
Encargos sobre remunerações .....	48.555	39.083
Remunerações adicionais .....	105.773	82.115
Indemnizações por despedimento .....	6.296	14.439
Outras despesas com o pessoal .....	48.209	41.545
Total .....	459.034	420.656

## 22. Depreciações e amortizações

Em 31 de Dezembro, a rubrica de depreciações e amortizações apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Imobilizações corpóreas .....	724.770	582.311
Imobilizações incorpóreas .....	719	2.932
Conservação plurianual .....	8.558	5.618
Total .....	734.047	590.861

## 23. Outras despesas e encargos

Em 31 de Dezembro, a rubrica de outras despesas e encargos apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
Renda contratual - Estado Caboverdiano .....	94.703	83.309
Outras .....	8.863	6.960
Total .....	103.566	90.269

O total da rubrica da renda contratual refere-se ao valor anual devido ao Estado de Cabo Verde pela concessão do serviço público de telecomunicações, correspondendo a 4% da totalidade da receita líquida de exploração dos serviços objecto do contrato de concessão (Nota 1).

## 24. Resultados extraordinários do exercício

Em 31 de Dezembro, a rubrica de resultados extraordinários do exercício apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
<b>Perdas</b>		
Donativos .....	5.351	3.570
Multa e outras penalidades legais .....	16	126
Diferenças de câmbio desfavoráveis (ver Nota 2) .....	18.485	2.700
Menos-valias em imobilizado .....	1.143	-
Outras .....	65	3.044
	25.060	9.440
<b>Ganhos</b>		
Diferenças de câmbio favoráveis (ver Nota 2) .....	2.606	11.460
Mais-valias em imobilizado .....	500	670
Indemnizações por sinistros .....	3.496	-
Outros .....	115	1.496
	6.717	13.626
(Perdas) / Ganhos - valor líquido .....	(18.343)	4.186

## 25. Resultados de exercícios anteriores

Em 31 de Dezembro, a rubrica de resultados de exercícios anteriores apresentava a seguinte composição:

	1998	1997
<b>Perdas</b>		
Impostos sobre lucros .....	208.270	197.943
Anulação de proveitos .....	725	124
Fornecimentos e serviços de terceiros .....	17.556	3
Despesas com o pessoal .....	943	26
Outras perdas .....	27.109	8
	254.603	198.104
<b>Ganhos</b>		
Anulação da provisão para impostos sobre lucros .....	208.270	187.381
Anulação de custos .....	-	1.301
Ganhos não especificados .....	82.110	5.654
Regularização de contas de existências (Nota 14) .....	-	46.316
	290.380	240.652
Ganhos - valor líquido .....	35.777	42.548

As rubricas referentes a outras perdas e a ganhos não especificados inclui as insuficiências e os excessos de estimativas do tráfego telefónico efectuadas, aquando da contabilização dos valores reais.

## CABO VERDE TELECOM, S.A.R.L.

## ANEXO À NOTA 9

	<u>Saldo em</u> <u>01/01/98</u>	<u>Reavaliações</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Transferências e</u> <u>correções</u>	<u>Alienações e</u> <u>abates</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/98</u>
<b>CUSTO</b>						
<b>CORPÔREAS</b>						
Terrenos	7.389	6.005	159	-	-	13.553
Edifícios e outras construções	433.327	179.604	4.258	36.285	-	653.474
Equipamento básico	5.677.725	( 1.043.305)	162.489	957.169	-	5.754.078
Ferramentas e utensílios	19.792	( 5.508)	1.505	-	-	15.789
Material de carga e transporte	122.579	33.116	38.477	5.957	( 7.800)	192.329
Equipamento administrativo	114.364	( 9.233)	21.325	16.430	-	142.886
Taras, vasilhames e outros	215	72	1.359	-	-	1.646
	<u>6.375.391</u>	<u>( 839.249)</u>	<u>229.572</u>	<u>1.015.841</u>	<u>( 7.800)</u>	<u>6.773.755</u>
<b>EM CURSO</b>						
Obras em curso	365.509	-	848.163	( 1.001.062)	-	212.610
C/adiantamentos	12.201	-	60.667	( 21.672)	-	51.196
	<u>377.710</u>	<u>-</u>	<u>908.830</u>	<u>( 1.022.734)</u>	<u>-</u>	<u>263.806</u>
<b>Total</b>	<u>6.753.101</u>	<u>( 839.249)</u>	<u>1.138.402</u>	<u>( 6.893)</u>	<u>( 7.800)</u>	<u>7.037.561</u>
<b>DEPRECIACÕES</b>						
Edifícios e outras construções	175.124	3.246	28.514	3.364	-	220.148
Equipamento básico	3.094.737	( 1.694.347)	644.531	30.221	-	2.075.142
Ferramentas e utensílios	17.919	( 12.385)	3.395	1.158	-	10.167
Material de carga e transporte	95.679	( 14.442)	24.813	3.689	( 6.214)	103.525
Equipamento administrativo	71.323	( 27.361)	23.130	( 1.542)	-	65.555
Taras, vasilhames e outros	107	126	387	-	-	620
<b>Total</b>	<u>3.454.874</u>	<u>( 1.735.163)</u>	<u>724.770</u>	<u>36.890</u>	<u>( 6.214)</u>	<u>2.475.157</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>3.298.227</u>	<u>895.914</u>				<u>4.562.404</u>

**CABO VERDE TELECOM, S.A.R.L.****ANEXO À NOTA 11.2**

	1998			1997		
	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazos</u>	<u>Total</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazos</u>	<u>Total</u>
Banco do Brasil, S.A.	14.185	129.418	143.603	12.976	148.843	161.819
Fundo Africano de Desenvolvimento	10.466	87.274	97.740	9.884	101.758	111.642
Fundo Especial da Nigéria	7.421	69.057	76.478	6.750	79.154	85.904
Fundo OPEC para o Desenvolvimento Internacional	7.026	60.124	67.150	6.557	69.923	76.480
Fundo Africano de Desenvolvimento- Projecto Complementar	11.000	40.871	51.871	11.000	51.871	62.871
Kuwait Fund for Arab Economic Development	-	-	-	-	13.908	13.908
Financiamento através da ajuda Succa	1.1		1.114	16.594	-	16.594
Financiamento através de Portugal	22.97	53.875	76.853	18.497	77.461	95.958
Kuwait (redes cabos)	-	488.168	488.168	23.818	457.136	480.954
OPEC (fibra óptica)	48.675	202.038	250.713	-	250.713	250.713
Áustria (fibra óptica)	79.973	415.171	495.144	-	520.677	520.677
<b>Total</b>	<b>202.838</b>	<b>1.545.996</b>	<b>1.748.834</b>	<b>106.076</b>	<b>1.771.444</b>	<b>1.877.520</b>